

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

**MATHEUS GOUVEA DE ANDRADE**

**AS REUNIÕES DOS BLOCOS BRICS E G8 NA IMPRENSA BRASILEIRA:**

Uma análise das coberturas entre 2009-2018 no jornal Folha de S. Paulo

**JUIZ DE FORA**  
**NOVEMBRO DE 2018**

**MATHEUS GOUVEA DE ANDRADE**

**AS REUNIÕES DOS BLOCOS BRICS E G8 NA IMPRENSA BRASILEIRA:**

Uma análise das coberturas entre 2009-2018 no jornal Folha de S. Paulo

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Wedencley Alves Santana

**JUIZ DE FORA**  
**NOVEMBRO DE 2018**

## RESUMO

A cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* acerca das reuniões de cúpula dos grupos BRICS e G8 entre os anos 2009 e 2018 foi analisada por meio das publicações do veículo respectivas às datas dos encontros. Inicialmente, a presente monografia apresentou uma contextualização teórica acerca de temáticas à exemplo de ordem global, geopolítica e equilíbrio de poderes. Neste momento, autores como Joseph Nye, Halford Mackinder e Henry Kissinger são utilizados pela referência a conceitos relevantes para o tema, em destaque para *soft-power*, teoria do *Heartland* e os acordos de Vestfália. Posteriormente, um histórico sobre os grupos G8 e BRICS e a participação do Brasil em ambas as formações foi inserido. Neste momento, os contextos enfrentados por ambos os blocos são abordados, assim como a correlação destes com outras esferas do cenário internacional, à exemplo dos fóruns de discussão IBAS e G20. A conjuntura da produção de jornalismo internacional e a relação deste com análise de discurso fazem parte da problematização do estudo. Para tanto, as análises de Clóvis Rossi e outros autores que produziram sobre fenômenos à exemplo dos ditos efeitos *CNN* e *Al Jazeera* são abordados. Por sua vez, na análise das produções, Eni Orlandi e Edward Said compõe o embasamento de teóricos sobre o tema. A descrição das 57 matérias observadas que compuseram os parâmetros traçados é seguida pela própria análise com base em parâmetros discursivos e sobre contextos e conjunturas em si.

Palavras-chave: BRICS. G8. Ordem Mundial. Jornalismo Internacional. Brasil.

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO.</b> .....	06
<b>2 – CONTEXTOS GLOBAIS</b> .....	08
2.1 - EQUILÍBRIO DE PODERES E A ORDEM GLOBAL.....	08
2.2 - HISTÓRICO DOS BRICS E O BRASIL .....	15
2.3 - HISTÓRICO DO G8, VARIAÇÕES E O BRASIL .....	23
<b>3 – ABORDAGENS TEÓRICAS.</b> .....	30
3.1 - JORNALISMO INTERNACIONAL.....	30
3.2 - JORNALISMO E DISCURSO .....	33
3.3 - PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	38
<b>4 – ANÁLISE.</b> .....	41
4.1 - DESCRIÇÃO DO MATERIAL.....	41
4.2 - ANÁLISE DAS PRODUÇÕES .....	58
<b>5 – CONCLUSÃO</b> 69.....	
<b>6 – REFERÊNCIAS</b> .....	71

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AFD - ALTERNATIVE FUR DEUTSCHLAND

BCE – BANCO CENTRAL EUROPEU

BJP - BHARATIYA JANATA PARTY

CFR – COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS

CNA – CONGRESSO NACIONAL AFRICANO

CNI – CONGRESSO NACIONAL INDIANO

CSIS - CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNATIONAL STUDIES

FN – FRENTE NACIONAL

IPCA – PAINEL INTRAGOVERNAMENTAL PARA MUDANÇAS CLIMÁTICAS

LN – LIGA NORTE

M5S – MOVIMENTO CINCO ESTRELAS

NBD – NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DOS BRICS

OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

OPEP – ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO

OTAN - ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE

PCC – PARTIDO COMUNISTA CHINÊS

PSL – PARTIDO SOCIAL LIBERAL

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

UE – UNIÃO EUROPEIA

## 1 – INTRODUÇÃO

O presente estudo visa uma análise acerca da cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* sobre as cúpulas dos grupos de discussão BRICS e G8. A primeira formação é composta pelos cinco seguintes países, vistos como potências emergentes: Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, a última passando a integrar o bloco em 2011. O G8 é uma junção de oito das economias mais desenvolvidas do mundo, que engloba: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia, a última afastada do bloco desde 2014. O período da análise tem a duração de uma década, entre 2009 e 2018, com o início na primeira reunião dos BRICS, no ano de 2009, em Ecaterimburgo, na Rússia.

Por meio da análise de 57 produções próprias da *Folha de S. Paulo* e de agências de notícias reproduzidas pelo jornal, elementos discursivos junto aos contextos históricos foram utilizados para tentar melhor compreender o período de uma década englobado, e quais alterações são possíveis de serem vislumbradas neste espaço de tempo. Com vista a abarcar com precisão apenas os períodos envolvidos nas reuniões de cúpula, o recorte das produções envolve a véspera dos encontros, a duração destes, que é de dois dias, e a data que segue a cúpula.

Aspectos como a emissão ou não de correspondentes para determinadas reuniões, os termos utilizados para designar objetivos, o número de publicações para cada evento, dentre outros, são analisados por meio da conjuntura referente a cada um destes encontros para buscar uma percepção menos enviesada pelas circunstâncias do momento sobre a ordem mundial e o papel do Brasil em cada um destes cenários.

Após a Segunda Guerra Mundial, os componentes do G8 foram em grande parte os arquitetos responsáveis pelas estruturas na ordem internacional. Desta forma, no século XXI, a emergência dos BRICS no cenário global, em grande parte amparada em um aumento veloz na participação destes países no PIB mundial, possibilitou a este grupo a busca por ocupar um espaço maior na tomada de decisões na esfera internacional. Com base nos conceitos de geopolítica, termo cunhado por Rudolph Kjellén, o equilíbrio de poderes na esfera mundial é um assunto que frequentemente gera atritos. Joseph Nye é o criador do conceito de *soft-power*, no qual demonstra que o poder por meio da persuasão, incluindo os veículos de comunicação, é um vetor importante nesta esfera, podendo substituir elementos militares ou de pressão econômica, englobados como *hard-power*.

As potências membras do G7 nas últimas décadas conseguiram estabelecer uma importante influência nos meios de comunicação. No exemplo das agências de notícias, que

correspondem a grande parte das fontes de informação externa de um jornal à exemplo da *Folha de S. Paulo*, os países de origem da maior concentração destes veículos são nações com destaque para França, Reino Unido e Estados Unidos. Desta forma, a cobertura por vezes torna-se enviesada pelo ponto de vista de determinadas potências que melhor se estabeleceram para a conquista do dito *soft power*, o que pode ser verificado em coberturas à exemplo de conflitos recentes em países árabes.

O impacto desta cobertura é fundamental na construção discursiva que estabelecerá os sentidos, como retrata Eni Orlandi. Em “Orientalismo”, Edward Said demonstra como a homogeneização e o estabelecimento de sentidos para grupos dentro da ordem global são em grande parte construções discursivas, à exemplo da noção de “Oriente”, que seria uma ideia daquilo que não é “ocidental”, duas fabricações de sentido que não necessariamente seguem noções geográficas sobre leste e oeste globais.

Com uma abrangência maior de países, inclusive todos os membros dos BRICS e do G8, o G20 notabilizou-se no período como um importante fórum de discussão de governança global, por vezes ofuscando até mesmo resoluções tomadas nos dois grupos alvos deste estudo. No entanto, a escolha pelas duas agremiações ocorreu justamente pelo papel muita das vezes visto como antagônico entre as potências designadas como “ocidentais” que são retratadas na formulação G8, que conta também com a Rússia, frente ao grupo dos “emergentes” que compõem os BRICS. Desta forma, as formulações adversárias, ou não, para a esfera global são melhores distinguidas em um recorte que não englobe conjuntamente estas potências.

Como um dos grandes jornais brasileiros em termos de referência na cobertura internacional, a *Folha de S. Paulo* ocupa papel de destaque no estabelecimento destas construções narrativas no período englobado, o de uma década. Destrinchar os sentidos presentes nestes dez anos de cobertura é uma possibilidade de depreender expectativas irreais, equívocos estratégicos, acertos, pontos a serem reforçados, e diversos outros aspectos importantes para os posicionamentos brasileiros no cenário internacional de mudanças em que nos encontramos.

## **2 – CONTEXTOS GLOBAIS**

### **2.1 - EQUILÍBRIO DE PODERES E A ORDEM GLOBAL**

A expressão “geopolítica” foi cunhada pelo jurista sueco Rudolph Kjellén (1846-1922), e sua primeira conceituação é designada no ensaio *As Grandes Potenciais* (1905) como “análise do Estado como agente apropriador e controlador do espaço geográfico”. Desde

então, “As geopolíticas clássicas são muitas, havendo por certo ao menos uma para cada Estado imperialista. Os geopolíticos clássicos, usualmente, desempenham o papel de conselheiros do príncipe, exercendo forte influência sobre a política externa dos Estados centrais.”, afirma Sônia Braga (2011, p.161)

Os conceitos desenvolvidos sobre uma ordem global no cenário de Estados nações sofreram fortemente com a centralidade europeia por séculos, até a emergência norte-americana no século XX. Desde os Tratados de Vestfália, o Congresso de Viena e a Conferência de Berlim, as grandes formulações sobre o jogo de equilíbrio no cenário internacional partiram das principais potências, frequentemente negligenciando outras sociedades, como Rússia e China no caso vestfaliano. É o que aborda Henry Kissinger:

Jamais existiu uma ‘ordem mundial’ que fosse verdadeiramente global. A ordem que conhecemos hoje foi concebida na Europa Ocidental há quase quatro séculos numa conferência de paz realizada na região alemã de Vestfália, sem o envolvimento ou sequer o conhecimento da maioria dos outros continentes ou civilizações. (KISSINGER, 2015, p.10)

Dentre os fatores preponderantes na geopolítica, diferentes autores apontaram aspectos e paradigmas determinantes para o controle do espaço geográfico. Dentre estes há Alfred Mahan, almirante norte-americano e apologista do poder marítimo e da teoria do mar como força de poder, aspectos fundamentais na virada do século XIX para o XX na geopolítica dos Estados Unidos, como aponta Braga (2011, p.162): “Assim, as premissas de Mahan preparam os Estados Unidos para a conquista de Porto Rico e das Filipinas (1898), a instauração do protetorado sobre Cuba e a abertura do canal do Panamá (1914) que facultam a união das frotas do Atlântico e do Pacífico.”

Halford Mackinder (1861-1947) contraria as ideias de Mahan e estabelece que o poderio central seria estabelecido a partir do controle territorial. “Para o geógrafo britânico, o amplo núcleo do continente euro-asiático, correspondente ao território da Rússia czarista, de imensos recursos, permite ao Estado que o controlar o desenvolvimento de um grande poder terrestre.”, explica Braga (2011, p. 150). Desta forma, o autor estabelece o chamado *heartland*, em 1919, na chamada Área Pivô, por conta das potências ali envolvidas na esteira do fim da Primeira Guerra Mundial, e quem dominasse a mesma conseguiria obter o controle global, na concepção de Mackinder.

**FIGURA 1 – MAPA DE MACKINDER -**

O MUNDO SEGUNDO MACKINDER (1904)



Nos Estados Unidos, após o período da Segunda Guerra Mundial, e a consequente ascensão soviética, o professor Nicholas Spykman desenvolveu a tese de isolamento dos rivais estratégicos como mais eficiente do que o controle do *heartland* em si, como explica Braga (2011, p.158). “Spykman afiança que, quem tem o poder mundial não é quem controla diretamente o heartland, mas quem é capaz de cercá-lo. Tal cerco tipifica a política externa estadunidense a partir da Guerra Fria e é conhecido como Teoria da Contenção.”

Neste sentido, desenvolvem-se assim acordos estratégicos entre as principais potências ocidentais. No plano militar, a principal é constituída em 1949, a Aliança do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Em contrapartida, a União Soviética encabeça o Pacto de Varsóvia, em 1955, aglomerando países de sua influência no Leste Europeu. Mas grande parte dos efeitos da aliança ocidental estiveram nos marcos de Bretton Woods, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, e que na década de 70 dariam origem à cúpula informal G7. A Alemanha Ocidental, Japão e Itália, adversários dos Estados Unidos na Segunda Guerra, compuseram parte fundamental do plano: “No bojo dessa geopolítica está a reconstrução e proteção da Alemanha pelos Estados Unidos no pós-guerra, com a finalidade de contenção da União Soviética, bem como do Japão, para enfrentar a ameaça da China.”, afirma Braga (2011, p.159).

A visão de Estados asiáticos em uma nova ordem global como uma ameaça aos conceitos estabelecidos pelos países do Ocidente é comumente formulada por estrategistas à exemplo de Henry Kissinger. Nesta dimensão, potências emergentes como Índia e China não

compartilham dos valores estabelecidos pelos países com grau de desenvolvimento avançado anteriormente.

A organização da Ásia apresenta, assim, um desafio inerente à ordem mundial. A percepção dos países e a busca dos seus interesses nacionais, e não o equilíbrio de poder enquanto um sistema, deram forma aos mecanismos de poder que acabaram por se desenvolver. Seu teste consistirá em saber se será possível uma parceria que abranja a região, proporcionando uma estrutura pacífica para a interação entre vários interesses estabelecidos. (KISSINGER, 2015, p.215)

No final do século XX, o professor norte-americano Joseph Nye cunhou o termo *soft power* para diferenciar aquelas manifestações de poder não coercitivas, frente a ideias como a de Mahan, que previam não a persuasão, mas o poder marítimo como forma preponderante de influência. Sobre o aspecto considerado por Nye como diplomacia pública, o autor realça a importância da influência da mídia interna:

Existem três dimensões na diplomacia pública; todas as três são importantes, e elas requerem diferentes proporções relativas da informação direta governamental e um relacionamento cultural de longo prazo. A primeira e mais imediata dimensão são as comunicações diárias, que envolvem explicar o contexto de decisões políticas domésticas e externas. Depois de tomar decisões, governos oficiais em democracias modernas normalmente gastam uma boa parte de atenção em o que contar à imprensa e como fazer isto. (JUNIOR, 2005, tradução nossa)<sup>1</sup>

Desenvolvendo estruturas de comunicação à exemplo das rádios públicas norte-americanas do grupo *Broadcasting Board of Governor*, a *BBC* britânica, e as redes de satélite, potências mais industrializadas obtiveram importantes exercícios de *soft power* ao longo do século XX, como aponta Nye.

“And sometimes, private companies will cave in to political pressures from foreign governments if that is better for profits – witness the way Rupert Murdoch dropped the *BBC*, which broadcasts some material critical of China, from his satellite television broadcasts to China in the 1990s.” Com o poder mais difundido, Kissinger vislumbra que blocos à exemplo da União Europeia e a parceria transatlântica expressa pela OTAN seguirão importantes, mas enfrentarão a emergência de outras junções na ordem global.

Hoje em dia, a própria natureza da ordem mundial emergente está em discussão, e regiões para além da Europa irão desempenhar um papel fundamental na definição de suas características. Estará o mundo caminhando na direção da formação de blocos regionais que desempenham o papel de Estados no sistema vestfaliano? (KISSINGER, 2015, p.98)

No aspecto do *soft power*, são notáveis as mudanças ocorridas a partir da década de 90, mais notoriamente com o efeito *Al Jazeera*. Em importantes eventos, como a Guerra do Iraque, a da Crimeia, e a Primavera Árabe, a difusão de meios de comunicação no comando de potências não tradicionais possibilitou que diferentes perspectivas destes momentos

---

<sup>1</sup> Traduzido diretamente do original em inglês

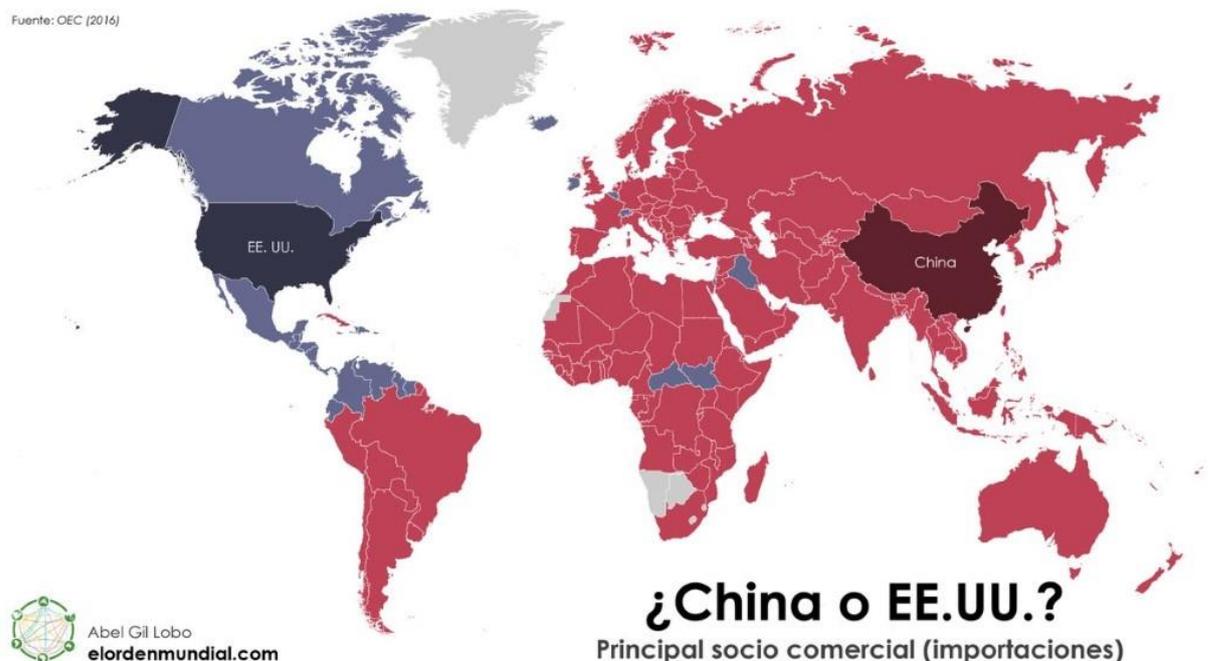
históricos fossem observadas ao redor do mundo. Estes três temas opõem potências ocidentais e atores emergentes, em especial a Rússia, e foram repercutidos midiaticamente de uma maneira que não ocorreu, por exemplo, na Guerra do Vietnã.

Com a substituição do líder da Revolução Comunista Chinesa, Mao Zedong (1893-1976), por Deng Xiaoping (1904-1997), na década de 70, o país passou a buscar uma participação mais massiva no cenário das instituições internacionais. As aberturas ao mercado, expressas pela adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2000, e uma série de aproximação com outros países à exemplo das mais constantes visitas de Estado e a realização das Olimpíadas em Pequim no ano de 2008, são símbolos de que a China buscou um novo posicionamento na ordem global.

Quanto ao comércio global, a China expandiu desde então sua participação como uma das grandes exportadoras e sócias comerciais ao redor do mundo, superando em muitos casos os Estados Unidos. O mapa abaixo apresenta para cada país quem é o maior parceiro em suas importações, China ou Estados Unidos. É notável que a potência asiática seja a grande exportadora para até mesmo aliados tradicionais norte-americanos, como Reino Unido, França e Austrália.

**FIGURA 2 - RELAÇÕES COMERCIAIS DE ESTADOS UNIDOS E CHINA - *El Orden Mundial***

Fuente: OEC (2016)



No entanto, este reposicionamento não representou necessariamente uma adesão plena do país aos valores estabelecidos pelas potências anteriores, como os membros do G7

das nações mais industrializadas. O massacre na Praça da Paz Celestial em 1989, e as recentes denúncias sobre abusos sobre os uígures na região de Xinjiang são questionados como não adesões da China às noções universais de direitos humanos, algo já expresso por Deng Xiaoping como um entrave entre chineses e demais potências:

Na realidade, a soberania nacional é muito mais importante do que os direitos humanos, mas o Grupo dos Sete (ou Oito) frequentemente viola a soberania dos países pobres, fracos, do Terceiro Mundo. Seu discurso sobre direitos humanos, liberdade e democracia é concebido apenas para preservar os interesses de países fortes e ricos, que tiram vantagem da sua força para oprimir os países fracos, e que buscam a hegemonia e praticam as políticas de poder. (KISSINGER, p.231, 2015)

Na visão de Kissinger, as principais potências emergentes na Ásia, em especial as duas nações mais populosas do mundo, Índia e China, compartilham uma visão revisionista sobre a ordem mundial, que teria sido fortemente influenciada pelo Ocidente.

O traço mais característico dos Estados asiáticos reside na percepção de que representam países ‘emergentes’ ou ‘pós-coloniais’. Todos procuraram superar o legado do jugo colonial por meio de uma forte identidade nacional. Eles compartilham uma convicção de que a ordem mundial no momento está se reequilibrando depois de uma intervenção não natural do Ocidente ao longo dos últimos séculos. (KISSINGER, 2015, p.214)

A Índia teve um importante papel nas políticas de não-alinhamento ao longo da Guerra Fria sob o comando de Jawaharlal Nehru (1889-1964), ex-primeiro-ministro, e que influenciou nas decisões econômicas do país até 1991. Neste ano, os indianos enfrentaram uma crise que os levou a adotar políticas liberalizantes e a integrar-se de forma mais decisiva no comércio global, algo expresso na adesão à OMC, em 1995. Em 2018, o FMI estima o crescimento do país em 7,3%, frente a um aumento de 3,7 no PIB mundial. Um relatório de Baldev Raj Nayar, em 2007, demonstrou a mudança de patamar da Índia no mundo.

A taxa de crescimento econômico entre 1975 e 2007 foi de mais de 5,5%, comparada à absurda taxa de crescimento ‘hindu’ de 3,3% no período entre 1956 e 1975 e, especialmente, aos patéticos 2,6% da década anterior à liberalização, em 1975. Nos doze anos entre 1995 e 2007, a taxa de crescimento tem sido superior a 6,5%, nos últimos quatro anos, a Índia manteve uma taxa de crescimento inédita de mais de 8%. (FRIEDMAN, 2015, p.294)

Na década de 90, após o fim da União Soviética, a Rússia enfrentou grandes dificuldades em meio a sua inserção como um novo país na economia global. A crise financeira que atingiu boa parte dos países em desenvolvimento fez com que o rublo sofresse grande desvalorização em meio ao governo de Boris Yeltsin que com dificuldades buscava implementar as aberturas da glasnost e da perestroika, estas as denominações para medidas de abertura política e econômica no país. No entanto, com a chegada de Vladimir Putin ao poder em 2000, a Rússia passou a figurar como uma nova potência no cenário internacional. Apoiada pelo alto preço dos hidrocarbonetos no mercado, como o barril de petróleo que

chegou a ultrapassar o valor de US\$ 130 em 2008, a Rússia foi por parte dos anos a maior exportadora da *commoditie* do mundo, o que a possibilitou uma maior presença no cenário global. A imagem apresenta a variação no valor da matéria prima desde o ano 2000.

**GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO NO PREÇO DO BARRIL DE PETRÓLEO - NEXO JORNAL**



Na emergência da Primavera Árabe, iniciada em 2010 na Tunísia em protestos contra o líder do país Ben Ali, e que se deflagrou por nações da região até chegar à Síria em 2011, com reivindicações contra Bashar Al Assad, a Rússia tomou uma postura divergente de boa parte das potências ocidentais. Próximo ao partido Baath do presidente sírio desde a Guerra Fria, e com importantes posições militares no território, os russos opuseram-se a derrubada do regime. Países árabes aliados à Arábia Saudita e o Qatar apoiaram grupos de oposição a Assad, denominados por este como “terroristas”, e nações ocidentais, em especial Estados Unidos e França, deram suporte a estas organizações, frequentemente atribuídas como “rebeldes”. Em setembro de 2015, a Rússia passou a apoiar de maneira mais intensa o regime sírio, o que foi representado por ataques aéreos e a retomada de pontos importantes perdidos pelo governo desde o começo da guerra, à exemplo de parte da cidade de Aleppo, a segunda maior do país. A presença russa na região, aliada a apoios do Irã e de milícias xiitas de países como Iraque e Afeganistão contribuíram para a manutenção de Assad no poder.

Neste cenário, após a queda do presidente ucraniano Viktor Yanukovitch em uma série de protestos no país, em especial ocorridos na Praça Maidan, assume o poder na Ucrânia Petro Poroshenko. O novo líder buscou estreitar laços com a União Europeia, em uma guinada frente a seu antecessor, ligado a Moscou. Em 2014, a Crimeia, região que durante a União Soviética havia se tornado jurisdição ucraniana, passou a fazer parte do território russo. Os países ocidentais afirmam que houve uma anexação ilegal, enquanto a Rússia evoca o direito de autodeterminação dos povos, que teria sido exercido por meio de um referendo que contou com larga vantagem para integrar o território à Federação Russa. No leste da Ucrânia, a tensão deu início a conflitos entre grupos separatistas e as forças de Kiev, e levou à autoproclamação de República de Donetsk. O episódio culminou com países ocidentais a aplicarem sanções contra a Rússia, e é um dos momentos mais tensos entre os blocos desde o fim da Guerra Fria.

Nesta emergência de novas potências e as consequentes desavenças que o equilíbrio de poder traz, Kissinger pontua a participação dos Estados em fóruns como o G7, o G20, as reuniões da União Europeia e da OTAN. No entanto, compreende que as efemérides levadas a cargo pela governança impedem que as resoluções destas cúpulas representem estratégias eficazes a longo prazo: “Os chefes de Estado que participam desses encontros, pela própria natureza dos seus cargos, mantém o foco no impacto público de suas ações no encontro; eles se veem tentados a enfatizar as implicações táticas ou o aspecto das relações públicas do evento.”(KISSINGER,2015,p.372) Desta forma, o autor acredita que a forma na qual estes encontros são retratados pode ser mais relevante do que as proposições em si: “Esse processo permite pouco mais do que a elaboração de um comunicado formal - na melhor das hipóteses, uma discussão de questões táticas pendentes, e, na pior, uma nova forma de reunião de cúpula enquanto um evento da “mídia social”. (KISSINGER, 2015, P.372)

## **2.2 - HISTÓRICO DOS BRICS E O BRASIL**

O acrônimo BRIC para designar Brasil, Rússia, Índia e China, foi criado em 2001 pelo economista Jim O'Neill, à época diretor da instituição financeira Goldman Sachs. O conjunto de letras em inglês possui o sentido de “tijolo”, o que é uma alusão à relevância que os quatro países ocupam no cenário global. À época, as quatro economias somadas representavam 7,95% do PIB mundial, e um relatório da instituição realizou quatro estimativas sobre a participação do grupo na economia global dentro de dez anos. Na menor das hipóteses, os BRICs representariam 12% do PIB, e na maior, 27%. No relatório do

mesmo grupo em junho de 2011, é destacado que no período entre 2000-2007, os BRICs foram responsáveis por 27% do aumento do PIB global, enquanto entre 2007-2010, o grupo correspondeu à 50% do crescimento. O grande fator envolvido foi a crise financeira global, que afetou sobretudo os países desenvolvidos, representados para a instituição pelo grupo G7.

Por anos, representantes dos quatro países reuniram-se às margens da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque.

A coordenação entre Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) iniciou-se de maneira informal em 2006, com reunião de trabalho entre os chanceleres dos quatro países à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas. Em 2007, o Brasil assumiu a organização do encontro e, nessa ocasião, verificou-se que o interesse em aprofundar o diálogo merecia a organização de reunião específica de Chanceleres. (ITAMARATY)

Em 2008, os à época chanceleres Celso Amorim, do Brasil, e Serguei Lavrov, da Rússia, acertaram à institucionalização do grupo como fórum “Em tempos recentes, fora uma proposta feita por Lavrov e rapidamente acolhida por mim, à margem da Assembleia Geral da ONU, que levava à institucionalização dos BRICs como foro político.” (AMORIM, 2015, p.66). No mesmo ano, realizou-se na cidade russa de Ecaterimburgo uma reunião preparatória para o que viria a ser a primeira cúpula dos BRICs na mesma cidade, em junho do ano posterior. Desde então, o grupo realiza anualmente reuniões de cúpula com múltiplas discussões para cooperação.

A primeira cúpula ocorreu em um momento de forte influência da crise financeira mundial, deflagrada no ano anterior, e reformas em instituições tradicionais da política global, à exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI), estiveram no centro da agenda.

A I Cúpula inaugurou a cooperação em nível de Chefes de Estado e de Governo do então BRIC. Realizada sob o impacto da crise iniciada em 2008, a reunião teve seus debates centrados em temas econômicos e financeiros, com ênfase na reforma das instituições financeiras internacionais e na atuação do G-20 para a recuperação da economia mundial, ademais de discussões sobre temas políticos, como a necessidade de reforma das Nações Unidas. (ITAMARATY)

Paralelamente, o Brasil também fazia parte, desde 2006, do fórum de discussão IBAS, acrônimo para Índia, Brasil e África do Sul, que tinha como uma de suas prioridades comuns a reforma do sistema de governança global, em especial no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em 2011, ano da adesão da África do Sul aos BRICs, na reunião de Sanya, ocorreu a última cúpula dos IBAS. No entanto, o grupo de três países seguiu com compromissos ministeriais e reuniões como às que ocorrem às margens da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Segundo dados da Presidência da República de 2017, Luís Inácio Lula da Silva foi o presidente na história do país que passou maior parte de seu mandato no exterior, com 16% do período. Seus sucessores, Dilma Rousseff e Michel Temer, estiveram fora do país por 7%

e 9% do mandato, respectivamente. O ministro das Relações Exteriores durante o mandato de Lula, Celso Amorim, pontua que a reforma na ordem internacional era uma prioridade do presidente.

Esse esforço contemplava ainda a tentativa de reforma do Conselho de Segurança e a formação de grupos como os BRICs e o IBAS. Todas essas iniciativas eram inspiradas pela concepção de uma ordem global menos sujeita a áreas de influência e hegemonias, uma ordem em que as ações unilaterais (no comércio ou no emprego da força) se tornem cada vez mais raras e na qual os países possam basear suas relações em regras equilibradas e previsíveis, não impostas por este ou aquele país - ou grupo de países - mas acordados multilateralmente. (AMORIM, 2015, p. 489)

O chanceler confirma que seu comprometimento com as questões da ordem internacional influenciava na agenda do presidente. “No dia 13 de outubro de 2008, desembarquei em Nova Délhi para mais uma Cúpula do IBAS, cujo calendário o presidente Lula fazia questão de manter religiosamente.” (AMORIM, 2015, p.459) Em artigo de opinião no jornal *Folha de S. Paulo*, em junho de 2008, Amorim expôs suas perspectivas sobre o potencial do no fórum:

Diante da desaceleração da economia norte-americana e das incertezas que se afiguram à evolução do comércio e das finanças internacionais, os Brics têm contribuído para manter nos trilhos a economia mundial. É caso exemplar da capacidade de países "não ricos" de mitigar possíveis efeitos de uma crise que se origina principalmente no mundo desenvolvido. (AMORIM, 2008)

Em 2010, na cúpula em Brasília, intensificou-se os esforços para a criação de um banco de desenvolvimento, em especial por contraponto às instituições tradicionais. “Durante a Cúpula de Brasília, discutiram-se a necessidade de reforma das instituições econômicas, como o FMI e o Banco Mundial, de apoio à entrada da Rússia na OMC, e de suporte à iniciativa ‘Alliance of Civilizations’ da ONU, entre outros temas da cooperação multissetorial.” (ITAMARATY). Naquele ano, o PIB dos componentes de China, Índia, Brasil e Rússia, cresceram respectivamente 10,6%, 10,3%, 7,5%, 4,5%, enquanto o global subiu 5,4% e o das economias desenvolvidas 3,1%, segundo dados do FMI. Em outubro daquele ano, Dilma Rousseff foi eleita presidente contando com a alta popularidade de seu antecessor e os bons números da economia.

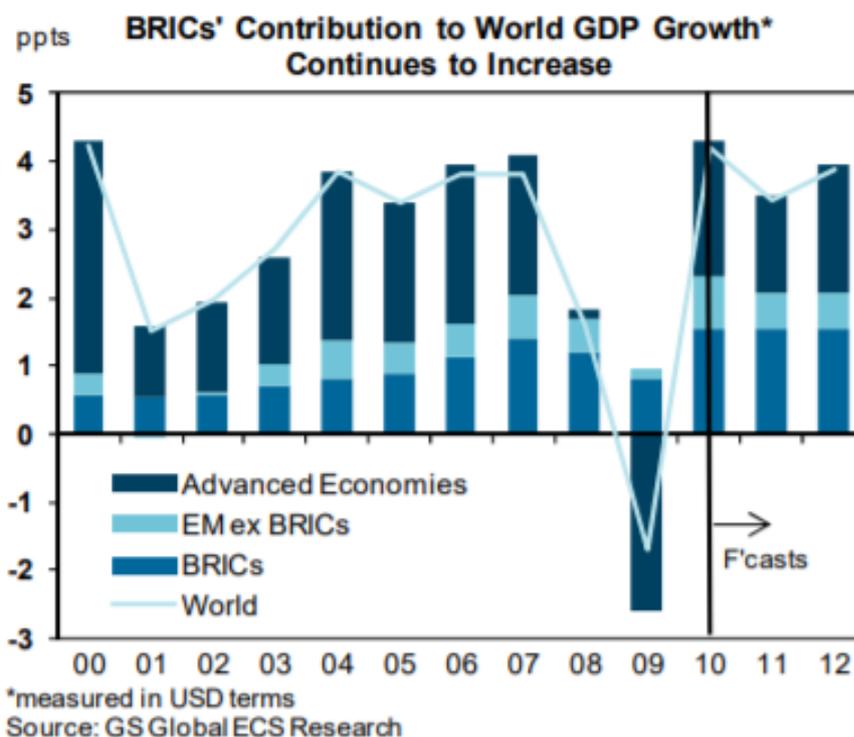
A grande contribuição para o crescimento da economia global por parte dos BRICS em 2010 figurou no relatório “The BRICs Remain in the Fast Lane”, em junho de 2011, do Goldman Sachs. O relatório apontava como positivo o rápido aumento no PIB, mas fazia a consideração de que os níveis de vida das populações nos países do bloco não avançavam na mesma velocidade, principalmente destacando o PIB per capita bem inferior aos de países desenvolvidos:

Os BRICs continuam a subir a escada da proeminência econômica global. Seu forte desempenho de crescimento durante a crise econômica global acelerou essa

tendência. Todos os BRICs alcançaram ou estão se aproximando rapidamente do alcance dos países do G7 em termos do tamanho total de suas economias. No entanto, os padrões de vida nos BRICs continuam muito atrás do mundo desenvolvido.<sup>2</sup> (GOLDMAN SACHS, 2011, tradução nossa)

O gráfico a seguir, elaborado pelo relatório “The BRICs Remain in the Fast Lane” demonstra a participação no crescimento global dos BRICs frente as economias avançadas, emergentes, com exceção aos BRICs, e ao mundo como um todo, desde o ano 2000.

**GRÁFICO 2 - CONTRIBUIÇÕES NO CRESCIMENTO DO PIB GLOBAL - GOLDMAN SACHS**



Em fevereiro de 2012, o ministro das Relações Exteriores do primeiro governo de Dilma Rousseff, Antônio Patriota, afirmou em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* que os BRICs seguiam como uma das principais áreas na coordenação externa do governo, comparando aos esforços do chanceler Rio Branco na aproximação com os Estados Unidos no começo do século XX.

Um grande legado dele é a capacidade de apreensão das mudanças. Na época em que o dinamismo econômico e o eixo de poder mudavam da Europa para os EUA, teve a capacidade de estabelecer uma boa relação com os Estados Unidos. Transferido para hoje, seria a capacidade de você se coordenar com os Brics. (PATRIOTA, 2012)

<sup>2</sup> Traduzido do original em inglês

Nos primeiros anos de governo houve uma convergência entre a petista e seu antecessor, em especial no sentido de usar o grupo como uma possibilidade de reforma das instituições da ordem global. É o que aborda Diego Santos Vieira de Jesus no artigo “O Brasil no BRICS, segundo a Folha de S. Paulo e O Globo (2011-2013)”, de 2014.

Desde os primeiros anos da administração de Dilma Rousseff, podem-se observar alguns traços de continuidade e mudança em relação ao Governo Lula no que diz respeito ao papel do Brasil como defensor da reforma das instituições de governança global, aos seus esforços para alimentar as relações Sul-Sul, ao perfil de projeção de poder do Brasil e ao seu papel de liderança regional. (DE JESUS, 2014, p. 53)

O grupo seguiu com múltiplas pautas, como os conflitos deflagrados na Primavera Árabe na Líbia e na Síria, nos quais os membros dos BRICS possuíam posicionamentos diferentes em relação às principais potências desenvolvidas e mesmo entre si. China e Rússia buscavam de modo geral a preservação dos regimes árabes, em especial no caso sírio, enquanto os três outros países adotaram uma postura mais neutra.

Antes da Cúpula de Durban do BRICS em 2013, já se apontava o quão ampla seria a agenda dos membros do BRICS para o encontro, mas as expectativas de resultados mais concretos do que os obtidos em Cúpulas anteriores eram maiores. Além de se preverem acordos de cofinanciamento de infraestrutura na África e cooperação para o desenvolvimento sustentável, esperava-se também o lançamento das negociações para a criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS. (DE JESUS, 2014, p.64)

O Banco de Desenvolvimento dos BRICS foi apontado como uma das maiores tentativas expressas do grupo em reformar as instituições internacionais. Neste caso, a ordem estabelecida com os acordos de Bretton Woods, nomeadamente FMI e o Banco Mundial, passariam por questionamentos.

Sendo assim, sua efetivação será mais um passo na intenção do grupo em ocupar um espaço de destaque na arquitetura financeira mundial. Mesmo que tal projeto não tenha sido anunciado como uma iniciativa que visa a questionar ou a minimizar o papel das instituições de Bretton Woods, está embutida em sua criação a insatisfação quanto à política operacional e ao caráter democrático das IFIS, tanto em relação à sua gestão, quanto da acessibilidade de seus recursos.p.11

A eleição de Roberto Azevedo para diretor-geral da OMC em 2013, foi um dos grandes sucessos no plano internacional do grupo, sendo o brasileiro o primeiro latino americano e pertencente a um dos BRICS a ficar à frente da instituição. Em 2017, Azevedo foi reeleito para o cargo. Dentre os compromissos também estabelecidos no grupo, estiveram as complexas negociações dentro do órgão sobre as chamadas Rodadas de Doha.

Como apresentado, a escolha de Azevedo para o cargo de Diretor-Geral da OMC parece ter considerável relevância para a própria organização, o Brasil, os países BRICS e os países emergentes em geral. Ao mesmo tempo em que foi dada ao novo

diretor a árdua tarefa de destravar Doha e de retomar o multilateralismo, o que devolveria à OMC o importante papel de regulador do comércio mundial, também foram criadas muitas expectativas, por parte dos países emergentes, de que a eleição de um diplomata originado de um país emergente poderia contribuir para tornar a ordem mundial mais equilibrada e representativa. (BRICS POLICY CENTER, 2013)

Na reunião anual de Fortaleza, ocorrida em 2014, foram acordados os termos para o Banco de Desenvolvimento dos BRICS. No entanto, questões como a situação de tensão entre Rússia e Ucrânia, após a anexação do território da Crimeia pela primeira, e direitos humanos, uma das bases no governo Rousseff, criaram entreveros entre os países, inclusive com o questionamento por parte de ONGs com viés humanitário.

Tais ONGs sinalizam a fragilidade da atuação brasileira na área dos direitos humanos, em especial na Síria. O Brasil foi contra qualquer operação que envolvesse a intervenção militar, mas foi incapaz também de apontar qualquer outra saída alternativa concreta, em uma política majoritariamente dubitativa diante de um dos regimes mais criticados ao redor do mundo. (DE JESUS, 2014, p.69)

Nos termos dos direitos humanos, 2014 representou uma das maiores guinadas nas políticas internas no grupo. Naquele ano, Narendra Modi assumiu o cargo de primeiro-ministro indiano, após a eleição do partido nacionalista hindu Bharatiya Janata Party (BJP), colocando fim ao domínio do Congresso Nacional Indiano (CNI). A mudança suscitou a expectativa de uma Índia mais presente no cenário global, ao mesmo tempo em que minorias no país temiam a ascensão de uma política de caráter nacionalista. À época a análise do BRICS Policy Center apontou para o aumento da participação indiana nas relações internacionais.

Em relação ao BRICS e ao multilateralismo, mostra-se que a Índia é recorrente na procura do seu espaço central na governança global e que deseja ser reconhecida como potência. Entendida como o país intransigente e do 'não' aos compromissos e agendas globais, a Índia está mudando esta imagem e se tornando a nação do 'sim', disposta a assumir compromissos internacionais e a construir uma relação mais sólida com o mundo. (BRICS POLICY CENTER, 2014)

Ao contrário das muitas mudanças ocorridas no cenário internacional, os membros dos BRICS passaram por poucas alterações radicais em suas políticas internas desde a primeira cúpula, em 2009. No caso sul-africano, o Congresso Nacional Africano (CNA) permaneceu na Presidência do país em todos estes anos. Na Rússia, os aliados Vladimir Putin e Dimitri Medvedev revezaram-se no comando do governo durante o período. O Partido Comunista Chinês (PCC) elegeu os líderes das principais funções de Estado durante todos os momentos desde então no caso da China.

Em 2015, ano em que o Brasil viu sua economia encolher 3,5%, e a Rússia 2,5%, segundo o FMI, foi publicado o estudo "Do the BRICS Still Matter?", pelo Center for Strategic and International Studies (CSIS). A obra apontou como problemas para o grupo,

para além da queda no poderio financeiro, as divergências políticas, sociais e culturais, e as viu como irreparáveis. Além disso, a incapacidade em estabelecer uma agenda estratégica, aparatos institucionais e identidade coletiva contribuiriam para a perda de relevância do conjunto. O ano culminou com o simbólico encerramento do fundo de investimento para os BRICS do Goldman Sachs, que havia sido criado em 2006.

O estudo refirma a importância que o grupo atingiu na escala global, mas conclui sobre as dificuldades enfrentadas:

Além disso, o grupo adotou e defendeu algumas medidas ousadas e importantes para promover a cooperação multilateral e reformar a arquitetura de governança global. Essas medidas, no entanto, são limitadas em sua profundidade, escopo e aceitação, que refletem a falta de coesão do grupo, recursos, prioridades, modelos econômicos, interesses de política externa e, conseqüentemente, sua incapacidade de moldar sua própria agenda internacional. Embora o grupo consiga construir um consenso sobre questões reformistas mais brandas, ficou cada vez mais claro que as possibilidades de uma ação conjunta dos BRICS para a criação de uma nova ordem internacional tornaram-se cada vez menos compatíveis com a realidade.<sup>3</sup> (CSIS, 2015, tradução nossa)

Apesar das dificuldades, foi neste mesmo ano que, após intensas discussões, foi inaugurado em Xangai, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) dos BRICS.

O baixo desempenho econômico brasileiro ganhou lugar no relatório ao mencionar que a relação comercial do país com a China, que se tornou seu maior parceiro em 2009, havia gerado grande dependência:

afirmam que o enfraquecimento da indústria brasileira levou a uma relação comercial com a China melhor descrita como uma troca “Norte-Sul”, na qual o Brasil exporta commodities para a China e recebe produtos manufaturados em troca, em vez de um “Sul-Sul” mais justo. E conclui com o foco nas commodities: “Como resultado, a economia brasileira se tornou cada vez mais dependente do apetite chinês por seus bens primários. (CSIS, 2015, tradução nossa)<sup>4</sup>

Em meio à crise, que afetou além do Brasil, especialmente Rússia e África do Sul, a cúpula realizada no ano de 2016, em Goa, trouxe o crescimento como plano de fundo, longe de ambições anteriores, à exemplo de uma moeda comum, que chegou a ser aventada em 2010.

A VIII Cúpula do BRICS foi realizada em Goa, Índia, em outubro de 2016, sob o lema ‘Construindo Soluções Inclusivas e Coletivas’. A Cúpula foi marcada por discussões sobre a recuperação econômica mundial. Os principais temas discutidos foram: crescimento econômico, responsabilidade fiscal e social, atração de investimentos, desenvolvimento do NDB e combate ao terrorismo. (ITAMARATY)

A viagem à Goa foi a primeira internacional do governo de Michel Temer, que assumiu interinamente a presidência após a votação do impeachment de Rousseff na Câmara

---

<sup>3</sup> Traduzido do original em inglês

<sup>4</sup> Traduzido do original em inglês

dos Deputados naquele ano. Antes da reunião, a agência de notícias estatal chinesa Xinhua publicou um artigo expressando preocupação com o grau de comprometimento do novo governo com os BRICS. O chanceler José Serra, havia dado declarações no sentido de priorizar a relação brasileira com parceiros como a União Europeia e os Estados Unidos. Em agosto daquele ano, após votação no Senado, Temer tomou posse por conta do impedimento de Rousseff.

Na cúpula seguinte, em Xianmen, a declaração centrou-se mais em reforçar parcerias e objetivos gerais como “desejo de paz, segurança, desenvolvimento e cooperação é o objetivo central que nos uniu há 10 anos.” Mas em 2018, em meio a divergências no comércio internacional, sobretudo por conta do governo de Donald Trump, a reunião voltou-se ao assunto. Uma das principais questões do grupo, que desde o princípio possuiu objetivos como o ingresso da Rússia na OMC, ocorrido em 2012, foi a grande pauta na cúpula de Johannesburgo. Dentre os temas estiveram “estreitar o multilateralismo, reforma global de governança e endereçar desafios comuns.”

Dentre os candidatos que disputaram o segundo turno das eleições brasileiras em 2018, Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), houveram proposições divergentes nos planos de governo registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No caso do petista há uma menção clara ao grupo dos BRICS: “O fortalecimento dos BRICS é outra diretriz essencial de uma política externa que reforce a presença dos países em desenvolvimento na agenda internacional e proponha o desenvolvimento de novos instrumentos de cooperação e reformas nos organismos multilaterais.” Já o plano do pesselista prevê “Ênfase nas relações e comércios bilaterais” e tem como únicas referências explícitas Estados Unidos, Itália e Israel como prioridades no tocante ao “Novo Itamaraty”. O primeiro ano de governo do presidente eleito Jair Bolsonaro coincide com a presidência do Brasil nos BRICS, e a expectativa de que o país sedie pela terceira vez a reunião de cúpula do organismo.

### **2.3 - HISTÓRICO DO G8, VARIAÇÕES E O BRASIL**

O grupo G7 é um bloco informal composto pelas economias mais industrializadas do mundo: Estados Unidos, Alemanha, Japão, Reino Unido, França, Itália e Canadá. Os países reúnem-se anualmente no sentido de discutir grandes temas da ordem global, como políticas energéticas, cooperação internacional para segurança, economia e comércio internacionais. A parceria foi formada em 1975, à época da Guerra Fria e com o forte abalo da

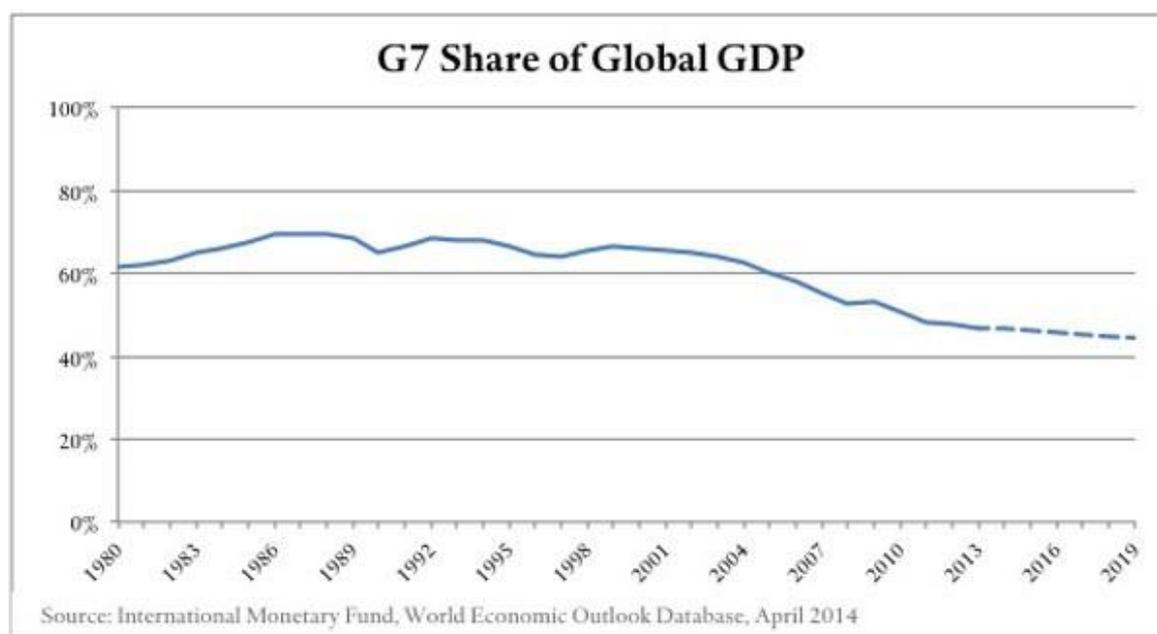
“Crise do Petróleo”, deflagrada após a Guerra do Yom Kippur em 1973, que culminou na criação da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

Com o fim da Guerra Fria, o grupo das sete nações convidou a Rússia, à época sob liderança de Boris Yeltsin, e com constantes acenos para o Ocidente, a integrar o bloco. Durante anos, a formação passou a ser de um G8, o que ocorreu até a suspensão da Rússia em 2014, à esteira da anexação da Crimeia pelos russos e a guerra civil na Ucrânia. Na ocasião, foram estabelecidas sanções unilaterais contra Moscou por parte de membros do G7, e a reunião do grupo marcada para ocorrer em São Petersburgo foi cancelada e substituída por um encontro em Bruxelas. Em 2013, a Primavera Árabe já havia trazido consequências para as quais russos e demais países do bloco divergiam. No caso da Síria, Moscou não via a saída do poder de Bashar Al-Assad como necessária para uma solução no país, e a nação também se opôs à intervenção militar na Líbia, que foi capitaneada pela OTAN em 2011.

Com o fim da Guerra Fria e avanço da globalização, o G8 passou a ser visto como um dos grandes tomadores de decisão global, o que levou a uma série de protestos nas reuniões anuais do grupo. “O movimento antiglobalização surgiu por ocasião da conferência da Organização Mundial do Comércio em Seattle em 1999, e espalhou-se pelo mundo nos anos seguintes, juntando-se em geral para atacar reuniões do Banco Mundial, do FMI e dos países industrializados do G-8.” (FRIEDMAN, 2014, P.389) Em alguns destes casos, houve intensa violência e até registro de óbito “começou a mostrar-se mais violento na cúpula do G-8 em Gênova, em julho de 2001, quando um dos manifestantes antiglobalização foi morto ao atacar o jipe da polícia italiana com um extintor de incêndio.” (FRIEDMAN, 2014, P.391)

Na década de 80, o grupo correspondia a aproximadamente 70% do PIB global, valor que pouco se alterou até o início do século XXI. Em 2009, um ano depois da deflagração da crise financeira de 2008, o FMI estima que o PIB dos sete países sofreu uma retração de 3,6%. Com este cenário, aliado ao crescimento na participação dos países emergentes no PIB global, a representatividade do G7 na economia global atualmente ronda os 50%. A imagem a seguir demonstra a contribuição no PIB global do grupo ao longo dos anos.

### **GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO DO G7 NO PIB GLOBAL - FMI**



No relatório em que o Goldman Sachs elaborou o acrônimo BRIC, em 2000, já havia a consideração de que para corresponder a realidade na participação na economia global, o G7 deveria expandir seus membros. “Seguindo o acima exposto, parece bastante claro que o atual G7 precisa ser "atualizado" e feito para os BRICs, a fim de permitir uma formulação de políticas globais mais eficaz.” (SACHS, 2001, tradução nossa)<sup>5</sup> A instituição sugeriu a redução dos membros europeus a uma representação da União Europeia, e a adição dos BRICs, à época sem a África do Sul, compondo assim um G9.

Em 2003, o presidente francês Jacques Chirac propôs uma ampliação das reuniões do grupo, que passou a contar com mais seis países: os membros dos BRICS, e o México. A única cúpula até 2009 da qual o Brasil não participou desde então foi em 2004. Os encontros que reuniam as nações mais industrializadas e os membros dos BRICS foram chamados de G8+5.

“Desde que o presidente Chirac abriu (ou melhor, entreabriu) as portas do G8, durante a reunião em Évian, em 2003, o Brasil foi sistematicamente convidado, até 2009, às cúpulas do grupo.” (AMORIM, 2015, p.26). A expansão causou o interesse de países emergentes em participar do fórum, à exemplo do então presidente egípcio Hosni Mubarak sobre a reunião ocorrida em Áquila, em 2009. “Agradeceu o endosso que havíamos dado, em

<sup>5</sup> Traduzido do original em inglês

L'Aquila, à inclusão do Egito no mecanismo de diálogo G8 ampliado e reiterou o desejo do Cairo de se associar de alguma forma ao IBAS e aos BRICs. (AMORIM, 2015, p.26)

Em 2007, na cúpula do G8 realizada na cidade alemã de Heiligendamm, o grande enfoque do grupo foi a questão climática. Com base em um relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCA) que previa catástrofes de grandes proporções em caso de inação, as economias mais desenvolvidas do mundo foram alertadas acerca da urgência do tema. Neste aspecto, a produção brasileira de energias menos poluentes por meio dos biocombustíveis e o fato do país ser responsável pelos cuidados da maior parte da Amazônia levaram especial atenção à nação na cúpula daquele ano. As questões climáticas foram presença constante nas reuniões do grupo desde então, o que serviu como base para o Acordo de Paris, firmado em 2015.

Com a deflagração da crise de 2008, surgiu o G20, grupo composto pelas 19 maiores economias do mundo e a União Europeia, que também estabelece encontros anuais tanto de ministros da economia, quanto de chefes de Estado e governo. Desde 1999, cúpulas com os responsáveis financeiros dos 20 países já eram realizadas, mas apenas nove anos depois a formação passou a contar com o atual formato, com chefes de Estado e governo. A primeira reunião ocorreu em 2008, em Washington. Em 2011, o presidente dos Estados Unidos Barack Obama, sugeriu que o G20 havia se tornado o principal fórum econômico global. Tal prova da relevância é que as reuniões no ano de 2010 de G20 e G8 foram realizadas a mesma época, em Toronto, para o primeiro caso, e em Hunstville para o segundo.

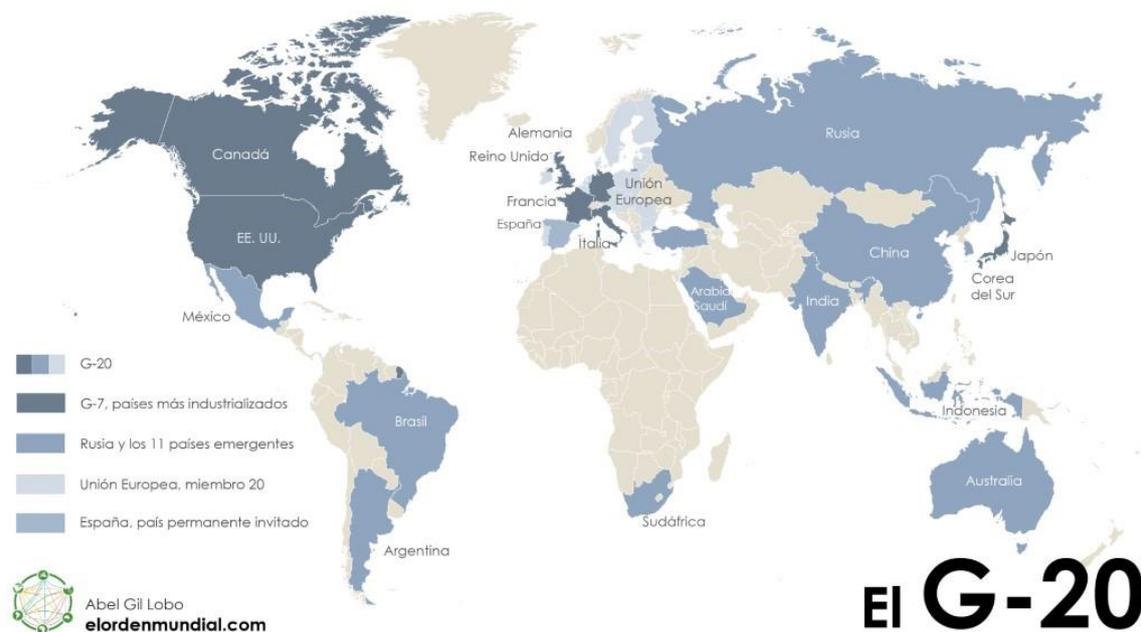
A constatação da diminuição do peso relativo do grupo me levou a afirmar, em 2009, após uma palestra na Universidade de Paris, que o G8, como foro mundial de encaminhamento - se não tomada - de decisões, morrera. Alguns meses mais tarde, com palavras mais suaves, por certo, o presidente americano viria a dizer o mesmo, ao enaltecer o papel do G20 durante a cúpula de Pittsburgh, qualificando-o como principal foro global sobre temas econômicos. (AMORIM, 2015, p.27)

Na visão do Itamaraty, o G20 é descrito da seguinte maneira: “É um foro para a cooperação internacional em temas econômicos e financeiros, congregando países desenvolvidos e em desenvolvimento com projeção sistêmica na economia mundial, para diálogo e cooperação centrados em temas financeiros. (ITAMARATY)”

O grupo das 20 maiores economias do mundo conta com os componentes do G7 e dos BRICS, mas também tem possibilidade de abarcar uma pluralidade maior de países. Em ambas as agremiações não há, por exemplo, a presença de nenhuma nação de maioria muçulmana, o que é contemplado na presença de Arábia Saudita, Indonésia e Turquia no grupo das 20 potências. Além disso, países como Argentina e México, que frequentemente buscavam inserções em fóruns multilaterais sem obter êxito foram contemplados na

formação. Seus membros são responsáveis por 90% do PIB mundial, 80% do comércio internacional, dois terços da população global e 84 % da emissão de gases de efeito estufa. A ilustração apresenta os componentes de G20 e G7.

**MAPA 3 – MEMBROS DO G20 E G7 - *El Orden Mundial***



Enquanto a economia global se recuperava da crise de 2008, a Zona do Euro nos anos de 2012 e 2013 teve recessões de  $-0,9\%$  e  $-0,2\%$  no PIB, respectivamente. Em ambos os anos, a nível mundial, a economia cresceu  $3,5\%$  e os países desenvolvidos cresceram  $1,2\%$  e  $1,4\%$ . Um dos grandes motivos foi a crise financeira enfrentada pela Grécia, que é umas das 19 nações da Zona Euro, o que levou a uma articulação preocupada do G8. O aspecto foi tratado na publicação “The group of Seven (G7)” do Council on Foreign Relations em maio de 2017.

Enquanto isso, os líderes europeus também precisam enfrentar uma lista de desafios econômicos de longa data, incluindo melhorar o crescimento na zona do euro, promover reformas econômicas em toda a Europa, resolver debates em curso sobre políticas de “austeridade” para reduzir déficits orçamentários e evitar que a crise da dívida grega torne-se novamente uma ameaça existencial para a economia europeia. (CFR, 2017, tradução nossa)<sup>6</sup>

Com forte expansão de crédito, à exemplo das baixas taxas de juros praticadas pelo Banco Central Europeu (BCE) e o Federal Reserve nos Estados Unidos, os países do G7 conseguiram retomar o crescimento. No caso do BCE, as taxas de juros referenciais se

<sup>6</sup> Traduzido do original em inglês

mantêm no patamar de 0% em 2018, mesmo valor desde março de 2016. O FMI aponta que em 2017, o crescimento do PIB na União Europeia e na Zona do Euro foi em ambas de 2,4%, uma recuperação, mas ainda abaixo dos 3,7% globais. No caso norte americano, os juros crescem de maneira desacelerada mediante à recuperação econômica, e hoje operam na casa dos 2 a 2,25%.

**GRÁFICO 4 – TAXA DE JUROS DO BANCO CENTRAL EUROPEU – BCE**



Nas quatro nações do G7 pertencentes à União Europeia, movimentos eurocéticos ou conquistaram importantes vitórias eleitorais recentes, ou aumentaram sua participação na política local. No Reino Unido, em junho de 2016 a votação favorável a saída do país do bloco europeu venceu o referendo, processo que deve culminar no chamado Brexit em março de 2019. No ano seguinte, a candidata Marine Le Pen da Frente Nacional (FN) chegou ao segundo turno das eleições francesas, após avançar na primeira colocação, com um discurso contrário à imigração e crítico a União Europeia.

No mesmo ano, o partido Alternative für Deutschland (AfD), conquistou a terceira maior bancada no Parlamento nas eleições legislativas, também com um discurso contrário a imigrantes e ao projeto europeu. Na Itália, em março de 2018, os partidos Liga Norte (LN) e Movimento Cinco Estrelas (M5S) tiveram expressivas votações nas legislativas e compõem uma coalizão de governo dura quanto a imigração e crítica da Zona do Euro. Em todos estes casos, partidos que compuseram o establishment político desde o final da Segunda

Guerra Mundial e que contribuíram para a definição da ordem internacional moderna sofreram importantes derrotas.

Duas das principais cooperações recentes do grupo envolveram o Brasil: a questão nuclear iraniana e as mudanças climáticas. Ambos os assuntos foram determinantes na última participação brasileira seguida no fórum, em Áquila. “Minhas notas principais sobre a reunião se limitam à questão das mudanças climáticas que ‘sequestrou’ a atenção da mídia e, de modo sumário, ao Irã - objeto principal da entrevista de Obama com Lula.” (AMORIM, 2015, p.259)

Com a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos em 2016, dois dos principais acordos sobre ambas as questões ficaram em causa. O Acordo de Paris e o Acordo Nuclear com o Irã, ambos assumidos em 2015, têm oposição do presidente, que decidiu retirar seu país dos dois. “Enquanto isso, a eleição do presidente dos Estados Unidos, Donald J. Trump, aprofundou as divisões dentro do bloco, colocando seu tradicional compromisso de liberar o comércio para uma turbulência e levantando questões sobre sua cooperação na política climática global.” (CFR, 2017, tradução nossa)<sup>7</sup> Na reunião de 2018, no Quebec, Trump não endossou a solução final proposta pelos outros membros do grupo.

### **3 – ABORDAGENS TEÓRICAS**

#### **3.1 - JORNALISMO INTERNACIONAL**

O âmbito do jornalismo internacional é frequentemente retratado como uma batalha por “corações e mentes”. Nesta visão, atores buscam um melhor posicionamento repercutido na imprensa para assim facilitar na execução de objetivos. Com frequência a mídia é imbuída a partir do chamado *agenda-setting* da capacidade de mobilizar questões contemporâneas no intuito de produzir a esfera de debates políticos. O agendamento citado pressupõe uma construção na qual os meios de comunicação possuem o poder de enviesar a opinião pública por meio daquilo que é mais veiculado em suas coberturas.

No caso das relações internacionais, por vezes há até mesmo a substituição em partes das ações diplomáticas, o que é representado por agências de notícias vinculadas a governos e com grande capacidade de penetração.

Ao longo do século XX, governos e o setor privado investiram em alargar suas coberturas internacionais. No primeiro caso, a percepção de que conquistar a opinião pública

---

<sup>7</sup> Traduzido do original em inglês

sobre a política externa foi um dos principais fatores, assim como o posterior alargamento desta cobertura também para áreas de sua influência, o que possibilita assim uma maior penetração de seus interesses nestas zonas.

Em 1980, na obra “O que é Jornalismo?”, o jornalista da Folha de S. Paulo Clóvis Rossi, um dos principais nomes na área da cobertura internacional no Brasil, pontuou como os países desenvolvidos estavam melhor estabelecidos na área.

Não é uma constatação vazia: os países desenvolvidos controlam praticamente o circuito mundial de notícias, através de cinco agências, editam 83 % do livros publicados no mundo, controlam as dez maior es agências de publicidade do mundo (sete são norte-americanas e três têm participação majoritária do capital norte-americano), produzem e exportam 77 de filmes para cinema - e assim por diante. As cinco agências que ditam os rumos do noticiário internacional são a francesa Agence France Presse (AFP), a norte-americanas United Press International (UPI), Associated Press (AP), a inglesa Reuters, a italiana ANSA e a alemã DPA, às quais se poderia acrescentar a espanhola EFE, além de algumas menores, mas igualmente baseadas nos países desenvolvidos. (ROSSI, 1994, p.27)

Às agências de notícias referidas é possível também acrescentar serviços difusores como a rede britânica *BBC* e a *Broadcasting Board of Governors*, esta segunda amplamente utilizada durante a Guerra Fria como forma de manifestar o posicionamento norte-americano no período, que integra, por exemplo as rádios *Free Europe* e *Free Asia*. Rossi aponta que o grande predomínio destes veículos no comando de potências dificilmente reproduz posicionamentos de países em desenvolvimento. O autor aponta que um estudo em 1967 indicou que cerca de 80% dos artigos sobre questões internacionais na América Latina eram oriundos de duas agências norte-americanas, *UPI* e *AP*.

Esses números são reveladores e devem ser entendidos no seu contexto político: quase todas as agências mencionadas têm vínculos, diretos ou indiretos, com os governos de seus respectivos países e refletem, na maioria das vezes, posições ou interesses deles - posições e interesses que raramente coincidem com os dos países em vias de desenvolvimento. (ROSSI, 1994, p.27)

De autoria desconhecida, a frase “Na guerra, a verdade é a primeira vítima” é uma representação da dificuldade que a cobertura internacional, sobretudo em eventos extremos como conflitos, enfrenta. As primeiras concepções de correspondência para guerras como hoje indicam que o irlandês William Howard Russell, do jornal britânico *The Times*, inaugurou esta vertente na Guerra da Crimeia, em 1854. Desde então, as coberturas de assuntos estrangeiros se intensificaram, assim como as preocupações de governos para que estas lhe parecessem favoráveis.

Um dos casos mais emblemáticos de influência da cobertura internacional sob a opinião pública foi na invasão do Iraque, em 2003, que depôs Saddam Hussein. Capitaneados por Estados Unidos e Reino Unido, a missão Ocidental invadiu o país árabe com o pretexto de que o líder iraquiano teria ligações com a rede terrorista da Al Qaeda e a posse de armas de

destruição em massa. Relatórios do instituto de pesquisa Pew Research apontam que no ano da invasão, o apoio a esta era de 72% dos norte-americanos, frente a 22% de oposição. Em 2008, com os indícios de que as acusações contra Hussein eram falsas, o apoio caiu para 38%, enquanto 54% discordavam da ação.

A Guerra do Iraque foi influenciada de maneira decisiva pelo chamado efeito CNN. A rede de televisão norte-americana é apontada como uma das grandes responsáveis por uma alteração desde a década de 80 na cobertura internacional, com destaque para as coberturas durante 24 horas diárias. Em determinados momentos, chefes de Estado afirmaram até mesmo conseguir compreender mais eventos em outras nações por meio destas coberturas do que pelos seus departamentos responsáveis para assuntos internacionais. É o caso de George H. W. Bush nos protestos ocorridos na China em 1989, como afirma Megan Zingarelli: “Durante a revolta na Praça Tiananmen, em 1989, a CNN permaneceu no ar para relatar protestos de estudantes até que o governo chinês cancelou a licença de transmissão. George H.W. Bush seguiu a cobertura, já que sua administração tinha pouca informação dos locais de protesto.” (ZINGARELLI, 2010, p.8, tradução nossa) <sup>8</sup>

Outro evento com importante impacto do efeito *CNN* foi a Guerra do Golfo, na qual os Estados Unidos também estiveram presentes. Nos países árabes, era latente a frustração por conta da cobertura por parte dos grandes conglomerados midiáticos de nações ocidentais, à exemplo também da *BBC*. É neste cenário, que em 1996, surge no Catar a rede *Al Jazeera*, que se notabilizou como uma oposição aos meios de comunicação tradicionalmente voltados a visões das grandes potências do século XX. Em 2006, a rede criou uma emissora em inglês, representando assim grande expansão. Consolidada como um dos principais veículos midiáticos, em 2008 Philip Seib publicou a obra “The Al Jazeera Effect: How the New Global Media are Reshaping World Politics”.

A possibilidade de novos atores do cenário global produzirem narrativas próprias, à exemplo do efeito *Al Jazeera*, tem um significado além de um mero sentimento contrário a tradicionais potências. Há com este crescimento e difusão a possibilidade de uma compreensão maior de diferentes perspectivas, é o que argumenta Zingarelli: “Embora esses sentimentos pareçam simbolizar antiamericanismo ou anti-Occidente, eles revelam que as pessoas simplesmente desejam ouvir mais sobre os eventos locais e entendê-los por sua própria perspectiva.” (ZINGARELLI, 2010, p.52, tradução nossa) <sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Traduzido do original em inglês

<sup>9</sup> Traduzido do original em inglês

Neste século, um país que ganhou destaque por conta da profusão de informações ao redor do mundo foi a Rússia. A *Russian Today* e a *Sputnik News* foram criadas em 2004 e 2014, respectivamente. O primeiro canal priorizou justamente emissões em inglês, o que facilitou a transmissão de pontos de vista favoráveis aos russos em uma série de nações. Já a agência *Sputnik* conta com conteúdo em mais de 30 línguas, frente a, por exemplo, seis idiomas da *AFP*, fundada em 1835. Com forte investimento estatal, ambos veículos são acusados por alguns especialistas de não produzirem jornalismo, mas propaganda, e por serem extremamente “anti-ocidentais”.

No caso de publicações maiores, no caso do Brasil sediadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, há a possibilidade de que correspondentes e colaboradores elaborem uma cobertura com um viés diferente daquele pautado pelas grandes agências de notícia. Rossi indica pesquisa na década de 80 com dados sobre o assunto, ainda assim é importante pensar nas mudanças de paradigma desde então com dificuldades financeiras para boa parte das publicações impressas. Com base destas informações, é possível verificar a importância que o deslocamento de correspondentes e os esforços para fazê-lo denotam de cada veículo e as suas escolhas editoriais.

Uma pesquisa feita com jornais mineiros, o *Jornal do Brasil*, do Rio, e *O Estado de S. Paulo* mostra resultados absolutamente estarrecedores, embora de conhecimento geral no meio jornalístico: no período de uma semana, o noticiário internacional de *O Estado* foi preenchido, em 55,8 %, com material fornecido pelas grandes agências citadas. Mais 9,4% ficou com reproduções de jornais estrangeiros (*The New York Times*, *The Washington Star* e tc). Somem-se outros 4,8 % de outras fontes externas e verifica-se que o jornal paulista preencheu apenas 30% de sua informação internacional com material de seus próprios jornalistas ou colaboradores. No caso do *Jornal do Brasil*, os números são apenas ligeiramente melhores: 42,5 % de seu espaço internacional era preenchido por fontes próprias. E, quando a pesquisa se estende à imprensa regional, a situação se agrava consideravelmente: os jornais de Belo Horizonte, a terceira cidade do país, ocuparam 93,6 % de seu espaço com notícias fornecidas por apenas três agências internacionais: a *AFP*, a *AP* e a *UPI*. (ROSSI, 1994, p.27)

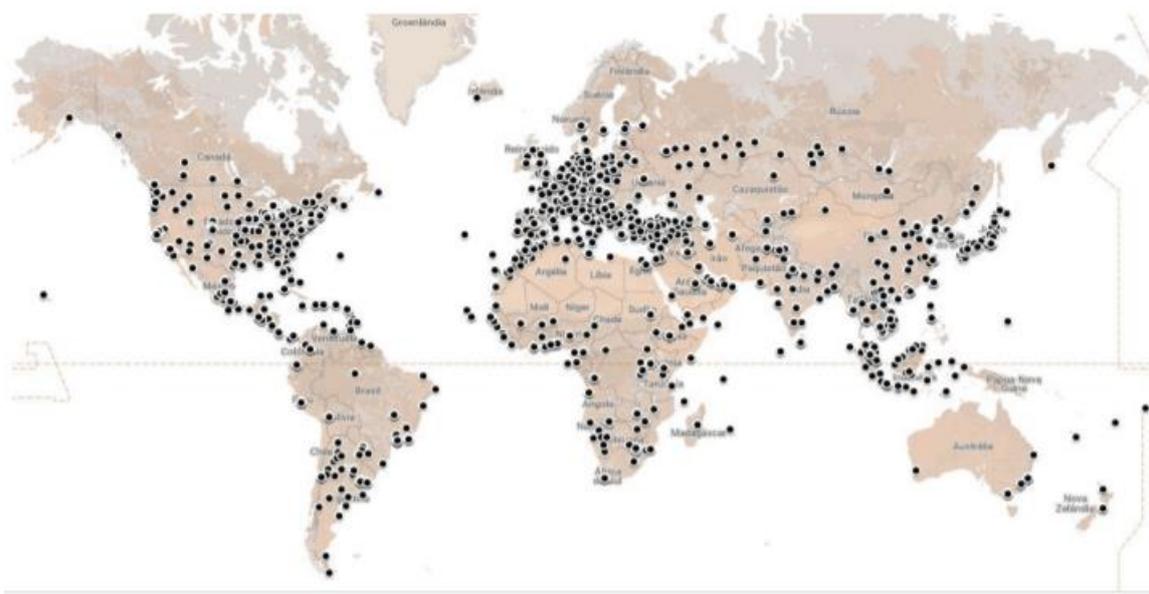
Mesmo quando há a possibilidade de recursos para a emissão de correspondentes, Rossi nota que há no Brasil um predomínio na escolha por pautas de interesse de grades potências ocidentais. Como exemplo, o autor aponta que para a América Latina na década de 90, apenas cinco correspondentes foram deslocados, todos para Buenos Aires, e nenhum de emissoras de televisão.

a grande maioria das publicações brasileiras parece pautar seu enfoque, em assuntos internacionais, por aquilo que interessa a *The New York Times* ou *Le Monde*, e não pelos interesses nacionais brasileiros. Essa deformação se torna evidente pela simples conferência do número de correspondentes que as publicações brasileiras têm na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, de um lado, e na América Latina, de outro. (ROSSI, 1994, p.27)

O cenário descrito por Rossi sofreu alterações recentes com o crescimento de grupos midiáticos como a RT e a Al Jazeera, e agências noticiosas à exemplo da Xinhua (China) e TASS (Rússia), ambas nações membras dos BRICS. No entanto, ainda há um grande predomínio das nações previamente estabelecidas, mesmo que não expreso em números como o de correspondentes ou escritórios, mas no consumo por parte de veículos do chamado Sul global. À exemplo da Xinhua, atrelada ao governo chinês, as produções destas agências tem um maior consumo interno, encontrando menor ressonância em veículos internacionais à exemplo de *AFP*, *Reuters* e *Associated Press*.

A pesquisa de Pedro Aguiar “Mapeamento de Agências de Notícias: localização de correspondentes e escritórios das principais empresas do setor” (2017) fez uma compilação global acerca das agências de notícias. Dentre as descobertas, uma das mais surpreendentes refere-se ao tamanho da *EFE*, frequentemente descrita como a quarta maior do mundo, e fonte usual da *Folha de S. Paulo* e outros veículos brasileiros. Sobre o número de escritórios, Aguiar aponta: “Surpreende ainda a extensa rede de correspondentes de agências de países do Sul Global, como a TTXVN vietnamita (94 praças) e a MAP marroquina (83), ambas à frente da *EFE* espanhola (81 praças), que frequentemente se arvora de ser a ‘quarta maior agência de notícias do mundo’, e está longe de sê-lo.” (AGUIAR, 2017)

**MAPA 4 – DISTRIBUIÇÃO DE ESCRITÓRIOS DE AGÊNCIAS DE NOTÍCIA - Mapeamento de Agências de Notícias: localização de correspondentes e escritórios das principais empresas do setor**



O mapa apresentado na pesquisa demonstra uma notória prevalência nos Estados Unidos e na Europa Ocidental na cobertura noticiosa global. Quanto aos fluxos de informação, mesmo agências de países não ocidentais optam por uma maior presença nas

principais cidades destas potências. A pesquisa aponta que os dez municípios mais abrangidos encontram-se na Europa e na América do Norte. Bruxelas lidera o quesito, em parte por conta de abrigar organismos como a OTAN e boa parte das estruturas da União Europeia.

Enquanto no Norte, muitos países obtêm pelo menos um correspondente para todas as principais cidades, em países da África, da Ásia e da América Latina, a norma é enviar um correspondente para cobrir vários países, em escalas muito desiguais de atribuição e responsabilidade - o que inevitavelmente resulta em menos detalhes dos eventos cotidianos, dando origem a notícias do Sul apenas quando são chocantes, estranhos ou exóticos. A dispersão de correspondentes e escritórios no mapa segue mais linhas de riqueza que a demografia. Os países mais ricos recebem mais atenção do que os países mais pobres, sem dúvida porque, no primeiro grupo, há mais clientes e pagam o público para serem atendidos. (AGUIAR, 2017)

### 3.2 - JORNALISMO E DISCURSO

A produção jornalística é pautada em meio à constituição de discursos, e as relações de sentido que estes estabelecem são fundamentais na concepção do leitor sobre o artigo que tem à sua disposição. Eni Orlandi afirma que os dizeres presentes possuem relação com os outros, sendo estes propriamente realizados, imaginados ou possíveis.

As condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que chamamos de relação de sentido. Segundo essa noção, não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. (ORLANDI, 2001, p.39)

As possibilidades de leitura a partir da produção jornalística são inúmeras, e estes textos constituem assim parte das concepções da construção do sentido entre a língua e a história. Orlandi argumenta que para a compreensão, na análise do discurso, o mais importante não é propriamente as constituições em si do discurso, mas sim seu funcionamento de maneira ampla, este que deve ser percebido e compreendido com a consciência das inúmeras possibilidades existentes de perspectivas.

Os textos, para nós, não são documentos que ilustram ideias pré-concebidas, mas monumentos nos quais se inscrevem as múltiplas possibilidades de leitura. Nem tampouco nos atemos aos seus aspectos formais cuja repetição é garantida pelas regras da língua - pois nos interessa sua materialidade, que é linguístico-histórica, logo não se remete a regras mas as suas condições de produção em relação à memória, onde intervém a ideologia, o inconsciente, o esquecimento, a falha, o equívoco. O que nos interessa não são as marcas em si mas o seu funcionamento no discurso. É este funcionamento que procuramos descrever e entender. (ORLANDI, 2001, p.65)

Em casos como a política internacional, conceitos à exemplo de “Ocidente” e “Oriente”, ou países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento” fazem parte da produção jornalística e frequentemente englobam de maneira homogênea realidades complexas e

heterogêneas com base em discursos pautados em contextos históricos específicos. O exemplo de nações “emergentes”, que costumam englobar China e Índia, demonstra que esta emersão não é propriamente uma concepção geral da História, mas sim uma percepção a partir do estabelecimento de potências, sobretudo europeias, como os grandes atores globais em um período histórico humano.

Da mesma forma, o termo “Ocidente” é frequentemente utilizado na concepção de um grupo de países que compõe a Europa Ocidental, a América do Norte, Austrália e Nova Zelândia, uma concepção difundida que não abrange necessariamente o Oeste geográfico do planeta. Em “Orientalismo”, o autor Edward Said apresenta a noção de “Oriente”, como uma construção narrativa a partir da invenção do que é “Ocidente”, o que não corresponde de maneira necessária à porção Leste do planeta, e faz uma crítica a estas reproduções.

Desejo concluir insistindo neste ponto: os terríveis conflitos reducionistas que agrupam as pessoas falsamente sob rubricas unificadoras como ‘América’, ‘Ocidente’ ou ‘Islã’, inventado identidades coletivas para multidões de indivíduos que na realidade são muito diferentes uns dos outros, não podem continuar tendo a força que têm e devem ser combatidos; sua eficácia assassina precisa ser radicalmente reduzida tanto em eficácia como em poder mobilizador. (SAID, 2015, p.25)

Sobre estes aspectos da percepção do conteúdo da história não ser o que é de fato apresentado, mas sim o que é tomado como discurso, à exemplo do caso do chamado “Ocidente”, Orlandi afirma:

Não vemos no texto os ‘conteúdos’ da história. Eles são tomados como discursos, em cuja materialidade está inscrita a relação com a exterioridade. Entre a experiência empírica e o cálculo formal exato, trabalhamos, na Análise de Discurso, em uma região menos visível, menos óbvia e menos demonstrável, mas igualmente relevante, que é da materialidade histórica da linguagem. (ORLANDI, 2001, p.68)

Neste aspecto, Orlandi ressalta a importância da questão ideológica na formação discursiva.

O trabalho ideológico é trabalho de memória e do esquecimento pois é só quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido lá: é justamente quando esquecemos quem disse ‘colonização’, quando, onde e porquê, que o sentido de colonização produz seus efeitos. (ORLANDI, 2001, p.49)

A construção de sentido varia de acordo com os citados “quando, onde e porquê”, elementos estes que se tornam fundamentais nas concepções de uma análise discursiva no jornalismo. Ao longo dos anos, no exemplo da cobertura internacional, termos tiveram seus sentidos alterados ou mesmo deixaram de serem utilizados em razão de não se tratar da mais adequada construção de sentido. Um caso recente é a designação de países nos blocos: primeiro, segundo e terceiro mundo. Amplamente utilizadas na Guerra Fria, as terminologias que se referiam a países do bloco capitalista mais desenvolvidos, ao bloco socialistas, e a

nações com menor grau de desenvolvimento, respectivamente, passou a não figurar mais em publicações jornalísticas de mais respaldo após o fim do conflito. No entanto, de maneira menos criteriosa, “primeiro mundo” ainda é popularmente sinônimo para países ricos, e “terceiro mundo” para nações mais pobres.

Outra vez evocando as construções de sentido de “Ocidente” e “Oriente”, Said aponta que ambos são ideias que reproduzem aspectos como tradições e linhas de pensamentos, portanto, sujeitas à criação humana.

Comecei com a suposição de que o Oriente não é um fato inerte da natureza. Ele não está meramente ali, assim como o próprio Ocidente tampouco está apenas ali. Devemos levar a sério a grande observação de Vico de que os homens fazem a sua história, de que só podem conhecer o que eles mesmos fizeram, e estendê-la à geografia: como entidades geográficas e culturais – para não falar de entidades históricas –, tais lugares, regiões, setores geográficos, como o ‘Oriente’ e o ‘Ocidente’, são criados pelo homem. Assim, tanto quanto o próprio Ocidente, o Oriente é uma ideia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente. (SAID, 2015, p.31)

A questão ideológica aplica-se de maneira intrínseca ao leitor quanto às interpretações que o mesmo terá do objeto jornalístico. Os aspectos do contexto social e histórico envolvidos serão fundamentais na compreensão de sentido no discurso ali presente. Utilizando o exemplo da obra de Said, um leitor identificado como ocidental e que compactua com os ideais supostamente atrelados a este posicionamento no cenário global tende a observar o discurso na mesma obra de maneira diferente de alguém que não compactua desta visão de mundo. Na análise discursiva, estes aspectos são importantes nas concepções de ideologia presentes. Orlandi destaca acontecimento que ocorrem justamente pela eficácia destas ideologias.

Pelo que podemos expor, a ideologia se liga inextricavelmente à interpretação enquanto fato fundamental que atesta a relação da história com a língua, na medida em que esta significa. A conjunção língua/história também só pode se dar pelo funcionamento da ideologia. E é isto que podemos observar quando temos o objeto discurso como lugar específico em que se pode apreender o modo como a língua se materializa na ideologia e como esta se manifesta em seus efeitos na própria língua. A se propiciar a tomada em consideração do imaginário do sujeito com a linguagem, dá-se um novo lugar à ideologia e compreende-se melhor como se constituem os sentidos, colocando-se na base da análise a forma material: acontecimento do significante em um sujeito afetado pelo real da história. Acontecimento que se realiza na/pela eficácia da ideologia. (ORLANDI, 2001, p.96)

No caso do jornalismo, a autoria é fundamental na construção discursiva. A análise neste caso deve levar em conta uma multiplicidade de fatores envolvidos no veículo observado, à exemplo da linha editorial, autor do artigo, público alvo e as preconcepções que o repórter possui sobre seu leitor. Veículos jornalísticos compõe parte importante das estruturas de uma sociedade civil, e seus repórteres são parte fundamental nos contextos

históricos que estas publicações possuem, elementos que tornam evidentes a importância destes aspectos na análise discursiva.

Orlandi argumenta que a autoria implica uma inserção do responsável no contexto histórico-social no qual sua publicação estiver contemplada.

A assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social. Aprender a se representar como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na constituição com a linguagem: constituir-se e mostrar-se autor. (ORLANDI, 2001, p.76)

Said aborda que por mais que haja uma imposição de que as produções do conhecimento contemporâneo sejam de caráter não político, a prática revela uma realidade distinta, na qual tal suposição não é sustentável.

Ainda assim, a imposição determinante sobre a maior parte do conhecimento produzido no Ocidente contemporâneo (e aqui falo principalmente dos Estados Unidos) é que seja apolítico, isto é, erudito, acadêmico, imparcial, acima das crenças sectárias ou doutrinações estreitas. Talvez não haja o que objetar a tal ambição em teoria, mas a na prática a realidade é muito mais problemática. Ninguém jamais inventou um método para distanciar o erudito das circunstâncias da vida, da realidade de seu envolvimento (consciente ou inconsciente) com uma classe, um conjunto de crenças, uma posição social, ou do mero fato de ser um membro da sociedade. (SAID, 2015, p.38)

Autoria e ideologia são aspectos relevantes na análise discursiva, como demonstram os argumentos citados, e são fundamentais no caso do jornalismo. No caso da cobertura internacional, esta frequentemente influenciada por interesses e fatores sobre os quais as redações possuem pouca capacidade de alterar, é muito importante observar como estes aspectos podem mudar sentidos e, por vezes, serem preponderantes nas construções discursivas.

### **3.3 - PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE**

A pesquisa irá abarcar os artigos jornalísticos publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo* entre os anos de 2009 a 2018 sobre as reuniões anuais realizadas pelos grupos informais de nações BRICS e G8. No caso das nações em desenvolvimento, 32 artigos são analisados, e 25 é o número de peças sobre os países mais industrializados, o que perfaz 57 publicações no total. As publicações são referentes a um dia anterior ao começo das reuniões, a extensão destas, que é de dois dias, e a data seguinte ao fim das cúpulas.

A escolha da cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* deu-se por conta de este ser o veículo diário de referência com a maior tiragem no Brasil em 2017, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). A publicação abarca assuntos internacionais, contando com os cadernos “Mundo” e “Mercado”, sobre questões globais e economia, respectivamente. As duas editorias são importantes para a pesquisa, já que abrangem grande parte dos assuntos que a cobertura midiática que as reuniões dos grupos Brics e G8 possuem.

Eventualmente, algumas destas questões foram reproduzidas nos cadernos “Ciência” e “Ambiente”, já que no período abrangido o tema de meio ambiente trocou de nome no jornal. Material reproduzido em editorias menos tradicionais não foi levado em consideração, pelo fato de as mesmas serem mais sujeitas a efemérides.

O período analisado inicia-se em 2009 por ter sido este o ano em que foi realizada a primeira reunião do grupo Brics contando com chefes de Estado, em Ecatimburgo, na Rússia, nos dias 16 e 17 de junho. No mesmo ano, o G8, formação mais antiga, iniciada em 1975, organizou mais uma conferência em Áquila, na Itália, entre os dias 8 e 10 de julho. Em cada reunião, serão observados o dia anterior ao encontro, as datas marcadas para discussões, e um dia posterior, tendo em vista os comunicados conjuntos das cúpulas.

A partir daí, são levadas em conta as coberturas anuais de cada uma das reuniões destes grupos, sendo que estas ocorreram praticamente sem sobressaltos durante o período observado. Na composição dos grupos, as únicas mudanças relevantes foram a adesão da África do Sul aos BRICS, em 2011, e a suspensão da Rússia do G8, que passa a se chamar G7, em 2014. A crise diplomática entre russos e demais componentes da agremiação levou ao cancelamento da cúpula daquele ano, marcada para São Petersburgo, e a consequente realização do evento em Bruxelas. Em alguns casos, as reuniões do G8 foram realizadas em conjunto com as formulações do G20.

A escolha da duração de uma década de reuniões deriva das possibilidades ofertadas de neste espaço de tempo para vislumbrar como fatores externos, à exemplo da crise econômica de 2008, a desaceleração do crescimento chinês, a queda dos valores das commodities no mercado internacional, a Primavera Árabe, e a eleição de Donald Trump, influenciaram na cobertura destes eventos. Por sua vez, no período de dez anos o Brasil contou com três presidentes distintos, cada um com uma orientação própria para a política externa, o que também é esperado de se ver retratado nesta cobertura.

Parcerias com outros veículos, à exemplo da rede britânica *BBC*, e a alemã *DW*, que no período foram publicadas pela *Folha de S. Paulo* também não serão abarcadas, visto a possibilidade de que as mesmas reflitam mais a posição de outra representação midiática, neste caso estrangeira, do que a própria posição buscada do jornal. Para todos os efeitos, as produções levadas em conta serão as da *Folha de S. Paulo* e as reproduzidas de agências de notícias, já que devido ao grande volume de acervo à sua disponibilidade, em especial por *Reuters*, *AFP* e *EFE*, as escolhas inferem um posicionamento do jornal. Para cada uma das 20

reuniões levadas em consideração, o número de artigos analisados irá variar entre zero, o que ocorreu uma vez, e cinco.

Durante o período, a cobertura também contou com artigos em “Opinião”, dentre eles do colunista Marcos Troyjo, diretor do BRICLab da Universidade de Columbia. O autor escreve para o jornal desde 2014, e em ocasiões como à cúpula de Xianmen, na China, em 2017, quando não houve a emissão de correspondente, parte da repercussão deveu-se a publicações suas. No entanto, a pesquisa centrou-se em produções jornalísticas exclusivamente. Assim, análises e os editoriais também não serão considerados.

A pesquisa culmina assim, com a análise, que tem base nos parâmetros traçados anteriormente. Eni Orlandi aborda em sua obra “Análise do discurso: princípios e procedimentos” que a investigação discursiva até o esgotamento do objeto de estudo é imprópria, por conta da multiplicidade de abordagens. “Não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável.” (ORLANDI p.62) Assim, opta-se por um procedimento analítico do objeto por meio do campo teórico.

“A delimitação do corpus não segue critérios empíricos (positivistas) mas teóricos. Em geral distinguimos o corpus experimental e o de arquivo. Quanto à natureza da linguagem, devemos dizer que a análise de discurso interessa-se por práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra, etc.” (ORLANDI, 2001, p.62)

Nesta ocasião, o maior número possível de aspectos observáveis na cobertura midiática será levado em conta. No âmbito qualitativo, os termos em destaque, à exemplo de proposições da cúpula, as expectativas, e os desapontamentos serão observados. No aspecto da produção jornalística, o deslocamento de correspondentes para os eventos, assim como a quantidade e a relevância do material publicado ganharão destaque. Quanto à publicação, elementos como a editoria serão analisados, já que a exemplo de reuniões presentes apenas nos cadernos de economia, o aspecto político do encontro pode estar em segundo plano, dentre outras variáveis possíveis dentro das escolhas editoriais. Em termos quantitativos, o número de materiais produzidos sobre cada evento será observado.

## **4. ANÁLISE**

### **4.1 - DESCRIÇÃO DO MATERIAL**

Em 2009, dentre as quatro reportagens abordando a primeira reunião dos BRICs, realizada em Ecatimburgo, na Rússia, todas foram publicadas no caderno “Mercado”, o que marca um tom econômico com o qual o bloco era vislumbrado. Em duas das reportagens, a cúpula do G8 foi mencionada, o que demonstra a preocupação que o grupo possuía em sua

formação com o bloco a que se contrapunha. Marcelo Ninio foi o correspondente enviado à ocasião.

A primeira produção foi “Líderes dos Brics pedem mais diversidade para sistema monetário mundial”, e em seus oito parágrafos destinou um a seguinte explicação sobre o grupo: “O bloco Bric, mais um conceito do que um grupo formal, é constituído por Brasil, Rússia, Índia e China, que ganhou destaque ainda maior com a crise espalhada a partir das maiores economias mundiais.” A menor das matérias foi a nomeada “Rússia ambiciona vender tecnologia nuclear ao Brasil”, e nos três parágrafos descreveu perspectivas para o comércio bilateral entre russos e brasileiros, com destaque para a fala de Lula que descreveu as relações econômicas entre ambos os países como "muito aquém de seu potencial".

Na terceira, “Brics pressionam para elevar peso de emergentes no G20”, houve uma tentativa de reforçar a importância na economia global do grupo, ao ressaltar que “Juntos, os quatro países têm 40% da população e 15% do PIB (Produto Interno Bruto) mundiais.” A última reportagem, “Usar moeda local entre Brics levaria anos, diz Lula”, trouxe em nove parágrafos as visões brasileiras sobre as discussões na reunião, sobre a qual o presidente brasileiro descreveu como “extraordinária”.

Na reunião de 2009, em Aquila, na Itália, três das quatro reportagens estiveram no caderno “Mercado”, dentre elas, duas abordavam diretamente a recuperação da crise em suas manchetes, e uma reforçava o crescente papel dos “emergentes” logo no título. O correspondente Clóvis Rossi, à época o principal repórter para assuntos internacionais do jornal, produziu três reportagens, em geral, maiores do que as escritas sobre a cúpula dos BRICs no mesmo ano. Uma matéria esteve no caderno “Ciência”, sobre questões climáticas.

Sobre o começo da cúpula, a matéria “G8 começa com alerta contra o otimismo”, reiteradas vezes mencionou em seus dez parágrafos a falta de relevância do encontro. O texto confirmou que “o G8 de L'Aquila não terá caráter deliberativo”, e terminou com uma citação do ex-chanceler Celso Amorim de que "O G8 morreu em legitimidade e eficácia", no total, o G20 foi mencionado oito vezes. A matéria “Líderes do G8 ainda veem ‘significativos riscos’ à economia” traz uma foto com seis dos líderes das nações componentes do grupo e aborda a recuperação da economia como “frágil”, e mencionou o termo “crise” por quatro vezes.

“Cúpula promete corte para limitar aquecimento a 2°C” trouxe uma foto com alguns dos líderes participantes da cúpula, com destaque para um abraço entre Lula e Barack Obama, e nas metas de redução traçadas durante o encontro, fixadas em 2°C, mas com as divergências entre as responsabilidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento,

explicitas na frase de Lula "os países ricos querem que os países em desenvolvimento assumam a redução da poluição", que encerrou a matéria.

**FIGURA 1 - “Cúpula promete corte para limitar aquecimento a 2°C” - Folha de S. Paulo**



Assinada pelas agências *Reuters* e *AFP*, “Reunião do G8 termina com consenso de mais espaço aos emergentes; entenda” fez um balanço sobre as deliberações da reunião sobre os seguintes tópicos: Mudanças climáticas, Crise Financeira, Comércio, Segurança Alimentar, Irã e Coreia do Norte. Sobre o equilíbrio de poderes, a matéria usou a expressão “Uma das decisões mais fortes, os líderes mundiais sinalizaram a morte do G8, dizendo que apenas um fórum que incluía as maiores economias em desenvolvimento teria legitimidade para tomar decisões globais importantes.”

Em 2010, outra vez todas as quatro reportagens sobre a cúpula dos BRICSs, esta que decorreu em Brasília, foram publicadas no caderno “Mercado”. Em todas elas, com exceção de uma entrevista com o criador do acrônimo, Jim O’Neill, o tema central foi a criação de um banco de desenvolvimento próprio, algo que contrapusesse o FMI, outra questão de preocupação para os países naquele ano.

A entrevista “Desafio para o Brasil é avançar no comércio internacional, diz “pai” do acrônimo Bric” ressaltou a importância que os BRICs teriam nos próximos anos, mas

apontou para as dificuldades que poderiam ser geradas pelo crescimento chinês: “é ‘perigoso’ acreditar que o crescimento chinês dará suporte aos preços das commodities minerais no futuro, como petróleo, carvão e aço, pois a China, cada vez mais, deve priorizar a eficiência energética e as fontes renováveis de energia.” Em “Emergentes querem peso maior no FMI”, a matéria utilizou uma série de dados sobre o crescimento da participação dos BRICs na economia mundial, à exemplo de “os quatro países do Bric já aportaram cerca de US\$ 100 bilhões no Banco Mundial e no FMI.” e “o crescimento dos países do Bric entre 2003 e 2007 representou 65% de toda a expansão do PIB internacional. No ano passado, em plena crise, o PIB dos quatro atingiu US\$ 16,3 trilhões, o que corresponde a 23,4% da economia mundial.”

Sem detalhes sobre o funcionamento, “Bancos de desenvolvimento do Bric assinam acordo de cooperação” trouxe em dois parágrafos a notícia de que os bancos de desenvolvimento dos quatro países firmaram acordos para “gerar futuramente 'uma rede' para atuar também junto a outros países em desenvolvimento.”. No caso de “Brics podem ter rede de financiamento conjunto”, o à época presidente do BNDES, Luciano Coutinho, afirmou que a ideia de um banco comum entre as nações era “muito prematura e nem sequer foi discutida”. Além disso, a reportagem trouxe dois boxes acerca de “moeda comum” e “IBAS”.

Na reunião do G8, em Huntsville, nos Estados Unidos, quatro reportagens foram publicadas, duas delas na editoria “Mundo”. Em ambas, o assunto versou sobre países emergentes, e em uma o papel de Brasil e Turquia nas negociações nucleares com o Irã foi ressaltado na manchete “G8 saúda os esforços do Brasil e da Turquia em relação ao Irã”, em material produzido em São Paulo. Um box foi produzido acerca da reunião do G20. A correspondente em Toronto publicou uma reportagem sobre o acordo final da cúpula, este centrado no título “Líderes do G8 reforçam pressão sobre o Irã em comunicado final”. Na cidade canadense foi realizada naquele período a reunião anual do G20.

Na editoria “Mercado”, a recuperação econômica pós crise ganhou uma reportagem com a percepção de que a mesma era “frágil” logo no título “G8 diz que recuperação da economia ainda é frágil”. A matéria foi produzida pela *AFP* e trouxe a mesma quantidade de parágrafos para falar sobre o encontro do G20 do que foi utilizado sobre o G8. Houve a publicação de um vídeo na sessão “Multimídia”, produzido pela *EFE*, sobre os protestos que ocorriam contra a reunião do grupo, com o título “Manifestantes protestam em Toronto contra cúpulas do G8 e G20”.

Todas as cinco reportagens reproduzidas estiveram no caderno “Mundo” na reunião de Sanya, na China, em 2011, quando ocorreu uma maior abrangência de temas para

além das cooperações econômicas. Entraram em pauta, por exemplo, a ambição de reforma no Conselho de Segurança da ONU e a oposição ao intervencionismo na Líbia, ambas foco de uma reportagem cada. O enviado foi Clóvis Rossi. A adesão da África do Sul ao bloco, que passou a adotar a partir de então o acrônimo BRICS, foi responsável pela publicação de uma reportagem.

A primeira matéria foi produzida pela agência Reuters, com o título “Brics não conseguem avançar em impasse do comércio global”. O material ressaltou o ingresso da África do Sul no grupo naquele ano, e citou que as Rodadas de Doha na OMC haviam feito “poucos avanços desde 2008” na primeira parte da matéria, que foi concluída com uma retranca com o tema “cooperação”. Na reportagem “Brics articulam negócios em moeda local”, o tema sobre as divisas entre os países foi declarado como “um passo muito preliminar”, e acerca das tensões decorrentes da Primavera Árabe, o texto mencionou que “os Brics rejeitam diretamente é o uso da força, não apenas na Líbia mas em todas as delicadas situações que se vivem no mundo árabe-muçulmano.”

O ingresso da África do Sul no grupo foi noticiado em reportagem produzida em São Paulo com o título “África do Sul oficializa entrada no grupo”. No caso, foi ressaltado que as características sul-africanas “contribuem para aumentar as diferenças em um grupo que já é heterogêneo do ponto de vista político, cultural e geográfico.”, e Jim O’Neal declarou “não ver sentido na adesão”. Por sua vez, o coordenador de Relações Internacionais do Ibmec, José Luiz Niemeyer, defendeu a entrada da África do Sul, e apontou “que apesar das diferenças entre os Brics, a adesão da África do Sul foi uma decisão política.”

Com autoria por “agências de notícias”, “Em cúpula na China, Brics insistem em reforma da ONU” trouxe uma foto da formação do evento com os cinco líderes do grupo. Com foco em mudanças na ONU, a sigla da organização foi citada 13 vezes durante a matéria. No texto, a fala da presidente Dilma Rousseff sobre o assunto durante a coletiva foi reproduzida: “a reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança são essenciais porque não é possível iniciarmos a segunda metade do século 21 vinculados a um acordo institucional criado após a guerra”. Em sua segunda contribuição, Clóvis Rossi assinou a reportagem “Brics criticam uso da força contra árabes”. Pela segunda vez na reunião, Muammar Gadafi foi descrito como “ditador”, e seus opositores como “rebeldes”. A matéria trouxe a declaração conjunta sobre o caso líbio, na qual “deveriam ser respeitadas a independência, soberania, unidade e integridade territorial de cada nação”.

Neste ano, em Deauville, na França, quatro reportagens foram publicadas acerca da cúpula do G8. Três no caderno “Mundo” e uma na sessão “Empreendedorismo”, focada no evento Rio+20 que ocorreria no ano seguinte. O jornal não enviou correspondente, e as matérias produzidas por agências tiveram um tamanho reduzido em comparação aos anos anteriores e à reunião dos BRICS em Sanya. Na ocasião, duas publicações tiveram como tema as mudanças ocorridas durante a Primavera Árabe, no ano em que as mesmas ganharam maior destaque, e à época foram tratadas como “revoltas” e “reformas” nos títulos. A outra versou sobre a questão econômica, que a despeito da recuperação, demandava “alerta por dívida pública” logo no título.

Produzida pela *Reuters*, “Revoltas árabes estão na pauta do G8” trouxe uma pequena montagem com protestos e o texto “revoltas árabes” que remete a notícias sobre o assunto até 3 de setembro de 2013. Na matéria, o foco da reunião foi descrito como “ajuda aos movimentos da ‘primavera árabe’ -- a onda de revoltas que já derrubou duas ditaduras desde o início do ano.” Com uma retransmissão abordando “temas debatidos”, a matéria da *EFE* “Na França, começa cúpula do G8 que apoiará as reformas árabes” usou novamente o termo “reformas” para classificar os eventos em países árabes naquele ano. O material trouxe uma foto com os à época presidentes norte-americano, russo e francês, Obama, Dmitri Medvedev e Nicolas Sarkozy, respectivamente. Sobre os participantes, o texto trouxe que os “países representam dois terços do PIB (Produto Interno Bruto) mundial e 50% do comércio, abordarão a fragilidade da recuperação econômica e a crise da dívida da eurozona.”

Na matéria da *Reuters*, “G8 vê economia global mais forte mas alerta por dívida pública” a matéria trouxe uma retransmissão com o título “Ajuda”, na qual abordou investimentos a serem destinados às “novas democracias árabes”. Escrita a partir de São Paulo, “Reunião do G8 na França inclui discussão sobre a Rio+20” destacou a resolução do G8 sobre o clima, e citou “Nós acreditamos que é fundamental empregar uma série de medidas para incentivar o uso eficiente dos recursos sustentáveis, incluindo as energias renováveis”.

Novamente o enviado à reunião dos BRICS, desta vez em 2012, ocorrida em Nova Délhi, na Índia, foi Clóvis Rossi. Dentre as quatro reportagens, uma apareceu no caderno “Ambiente”, e três na editoria “Mundo”, o que reforça a tendência de expandir os temas das reuniões. Dentre os assuntos tratados estiveram economia verde, a situação nuclear do Irã, e o desenvolvimento mútuo entre os países.

Com foco na realização da Rio+20, “Combater pobreza também é 'economia verde', diz cúpula dos Brics” trouxe resoluções gerais sobre o posicionamento do grupo sobre

meio ambiente, e o resumo de Clóvis Rossi: “Tradução: países ricos não podem vetar por exemplo a venda de madeira brasileira, a pretexto de que sua obtenção destrói a floresta.”. Com a foto dos cinco líderes, “Banco dos Brics fica para cúpula de 2014”, que assim como em 2011, trazia entre parênteses os integrantes do bloco. Na ocasião, o banco do grupo foi descrito como o “BNDES dos Brics”. A matéria trouxe duas retrancas com os temas “ONU” e “FMI”.

“Bloqueio ao Irã é rejeitado pelos cinco emergentes” trouxe dados sobre o comércio dos membros do grupo com o país persa, e apontou para a fala de Dilma Rousseff sobre as pressões ocorridas à época: “O Brasil acha extremamente perigosas as medidas de bloqueio de compras do Irã, apesar de não termos relações comerciais com o Irã”. Escrita na sucursal do Rio de Janeiro, “Relatório sugere que Brics criem fundo para infraestrutura”, a reportagem aborda um relatório de 204 páginas apresentado durante a cúpula, e que dentre as sugestões para o grupo propõe a “criação de um banco de desenvolvimento Sul-Sul também é mencionada no relatório.”

Em 2012, a cúpula do G8 em Camp David, nos Estados Unidos, não contou com correspondente, e as quatro matérias analisadas foram produzidas por agências, e tiveram tamanho inferior as dos eventos anteriores e ao encontro dos BRICS daquele ano. Três delas estiveram no caderno “Mundo”, e uma em “Mercado. A palavra “crescimento” apareceu no título de duas das produções, e uma delas também versou sobre “emprego”. No caderno econômico, o destaque no título foi para “oferta adequada de petróleo”.

Produzida pela *AFP*, “Dirigentes da UE dizem que rigor fiscal e crescimento devem andar juntos”, resumiu o acordo de líderes europeus entorno de “consenso sólido sobre o fato de que a consolidação orçamentária e o crescimento não são contrários, mas sim que ambos são necessários”. Pela primeira vez no período observado, o G8 foi descrito como “os sete países mais industrializados do mundo e a Rússia”. Também pela *AFP*, “G8 promete oferta adequada de petróleo”, a pequena notícia aborda a promessa de uma oferta de óleo “completa e oportuna”, temor causado pelas tensões com o Irã.

Pela *EFE* “Hollande pede apoio à Grécia na Cúpula do G8” traz um resumo sobre as angústias quanto ao país helênico, que tem seu nome citado cinco vezes na matéria. Recém-eleito, a primeira expressão do texto faz referência ao “presidente francês.” A partir “das agências de notícias”, “Cúpula do G8 acaba com crescimento e emprego como palavras-chave” trouxe uma foto com os oito líderes presentes na cúpula. Além de temas como a Grécia, “reafirmaram a necessidade de respaldar aos países da primavera árabe” em menção a

2011. A matéria trouxe uma retranca a respeito de Obama, anfitrião do encontro, e a declaração do líder: "Tal como concordaram todos os líderes aqui, o crescimento e o emprego devem ser nossa principal prioridade".

Em 2013, na reunião dos BRICS de Durban, na África do Sul, todas as cinco notícias estiveram na editoria "Mundo", e quatro foram assinadas pela correspondente Patrícia Campos Mello, um número maior do que nas coberturas anteriores. Houve uma introdução maior dos recursos de infografia, presentes em duas das matérias, ambos produzidos pela *Folha de S. Paulo*. O principal assunto foi de teor econômico, o que ocupou quatro reportagens como tema principal.

Em "Grupo dos Brics cria alternativa ao FMI", mais uma vez os componentes do bloco foram mencionados. A iniciativa de criar um fundo próprio foi descrita como "o primeiro resultado concreto desde que o grupo foi oficialmente criado." A analogia com o FMI foi expressa durante todo o texto, e a sigla recebeu nove menções. Uma retranca ao fim de nome "Troca de Moedas" mencionou transações designadas swaps entre Brasil e China. Em "Brics anunciam criação de fundo de ajuda em caso de crise financeira" as analogias com o FMI permaneceram, e um infografico com dados sobre os membros do grupo e suas participações no fundo foi apresentado. Por fim, a retranca "infraestrutura" abordou que a temática seria foco da iniciativa.

"Banco dos Brics' não deverá sair antes de 2016" a iniciativa foi descrita como "alternativa ao Banco Mundial". O texto ressaltou entraves da Rússia quanto à ideia, e finalizou com uma retranca intitulada "África", na qual mencionou aportes para obras no continente e que o "Brasil diz não temer que a competição com a China pelos recursos naturais africanos seja obstáculo para os projetos de cofinanciamento."

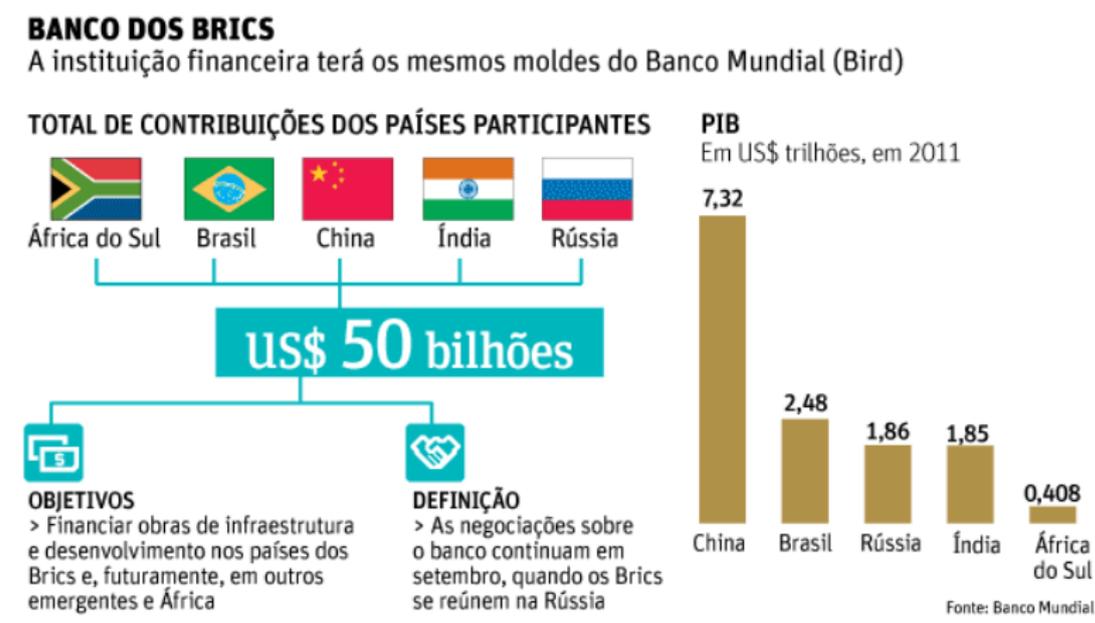
A partir "das agências de notícias", "Assad pede ajuda aos Brics para acabar com guerra civil na Síria" menciona o líder como "ditador da Síria, Bashar Assad" na primeira expressão. O texto menciona a "oposição", e faz a distinção no tratamento da mesma pelo líder: "ajuda para acabar com o financiamento e entrega de armas aos rebeldes, chamados por ele de terroristas." Na retranca "Liga Árabe" a matéria reproduziu as críticas de Assad à instituição em respaldar "rebeldes", e noticiou que "a oposição síria abriu sua primeira representação diplomática, em Doha, no Qatar, primeiro país a apoiar os rebeldes."

"Brics lançam banco para financiar megaobras" trouxe um infografico detalhando os planos para o "Banco dos Brics", e sinalizou a Rússia como "o maior entrave". O texto trouxe a retranca "China, OMC e G20", com posicionamentos sobre os três assuntos. No caso

brasileiro, que o país “almeja um assento permanente” no Conselho de Segurança da ONU, e que os “chineses teriam indicado que apoiarão a candidatura do embaixador Roberto Azevêdo para chefiar a Organização Mundial do Comércio. Em troca, o Brasil apoiaria a candidatura da China para liderar o G20 em 2016.”

### INFOGRÁFICO 1 – BANCO DOS BRICS - Folha de S. Paulo

Alex Argozino/Editoria de Arte/Folhapress



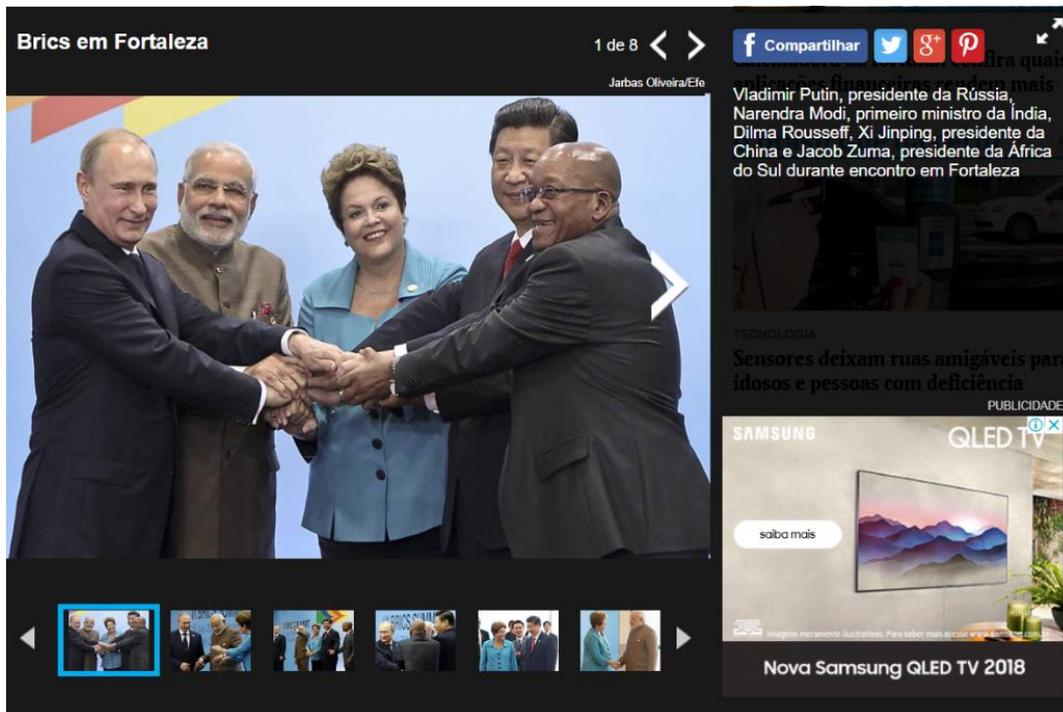
Na reunião do G8 em 2013, na Irlanda do Norte, duas matérias curtas de agências, ambas em “Mundo” foram reproduzidas. Na editoria internacional, as duas publicações foram sobre divergências no grupo, uma sobre a Rússia e a outra sobre espionagem por parte do Reino Unido. Na seara econômica, o tema foi o comércio entre Estados Unidos e União Europeia.

Reproduzida “das agências de notícias” “Reino Unido espionou aliados do G20 em 2009, diz 'Guardian'” trouxe a denúncia realizada pelo jornal britânico no primeiro dia de cúpula do G8, reunião da qual o Reino Unido era anfitrião. A matéria também indica que “documentos mostram ainda que o governo americano teria tentado interceptar ligações do então presidente russo, Dmitri Medvedev, na mesma ocasião.” Com a mesma autoria, “Após bloqueio russo, G8 não menciona Assad em documento sobre Síria”, mais uma vez referiu-se ao líder como “ditador Bashar Assad”, e apontou a Rússia como “único membro do grupo que apoia o regime sírio.” Na retransmissão “Sem acordo”, foi noticiado que o G8 convergia para

negociações sobre a Síria: “os oito integrantes ainda concordaram com a realização de uma conferência para a negociação da transição na Síria, a ser convocada nas próximas semanas.”

Em Fortaleza, no ano de 2014, a cobertura contou com sua participação mais extensa de jornalistas, no total com seis repórteres mobilizados, tanto em Brasília, quanto na capital cearense. Três das quatro reportagens estiveram em “Mundo”, e uma no caderno “Mercado”. Duas trouxeram logo na manchete os termos “discordam” e “divergem”, além de lamentarem o conflito na Ucrânia no qual a Rússia estava envolvida, mas sem um posicionamento. A cobertura foi também a mais diversificada em termos de multimídia, utilizando duas vezes galeria de fotos e por uma infografia.

**FIGURA 2 - “Brics divergem sobre sede de novo banco de desenvolvimento do grupo” - Folha de S. Paulo**



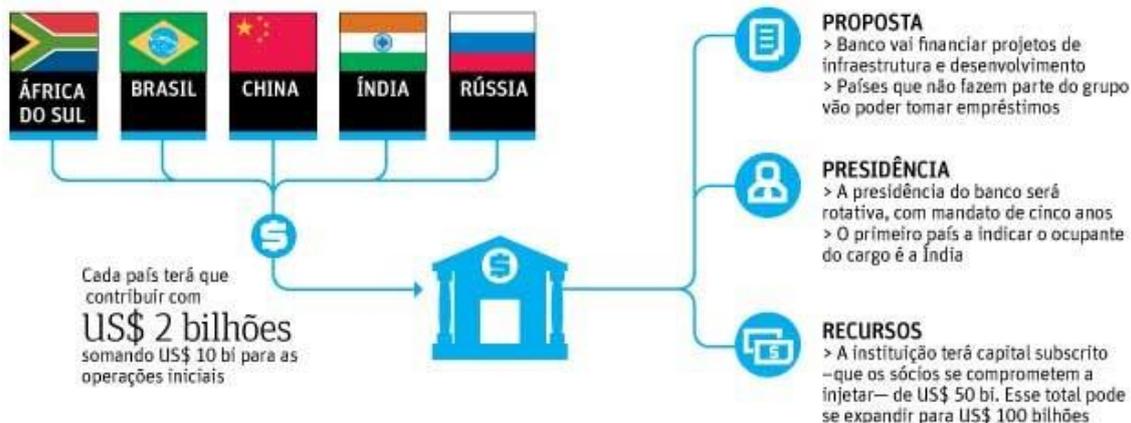
Em “Brics divergem sobre sede de novo banco de desenvolvimento do grupo”, além da galeria de fotos acima, composta por oito imagens, há uma imagem do presidente chinês Xi Jinping desembarcando de uma aeronave na chegada à Fortaleza. A reportagem é assinada por três jornalistas, e versa principalmente nas disputas entre Índia e China pela sede do banco de desenvolvimento, com Nova Déli e Xangai apoiadas, respectivamente. Sobre a iniciativa, a matéria resume o intuito de que “o banco dos Brics serviria, na concepção dos governos envolvidos, de alternativa às instituições multilaterais onde EUA e potências europeias têm mais voz.”

Com quatro repórteres em Fortaleza, “Brics lamentam conflito na Ucrânia, mas se abstêm de criticar Rússia”, a reportagem traz uma galeria de 13 fotos com o título “O que está acontecendo na Ucrânia?”. As imagens vêm acompanhadas de legendas com uma breve descrição sobre o conflito ucraniano, com personagens centrais como Viktor Yanukovitch, Petro Poroshenko e Vladimir Putin representados, além de cenas de guerra. Sobre as ações russas, a matéria descreve que a reunião “previsivelmente, se absteve de mencionar as ações da Rússia que provocaram a escalada do conflito e culminaram na anexação, por Moscou, da península da Crimeia.” Na retranca “Discurso” a fala de Dilma Rousseff foi resumida, com a menção “Por suas dimensões, ocupação, peso de suas economias e influência que exercem em suas regiões, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul não podem ficar alheios às grandes questões internacionais” apontada.

“Países do Brics discordam sobre liberdades civis” escrita com três jornalistas em Fortaleza contou com um infográfico com aspectos sobre o banco dos Brics e as liberdades nestas nações. A reportagem usou o termo “heterogêneo” para descrever o grupo, e apontou que “Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul também têm poucas semelhanças no que diz respeito à promoção de liberdades civis e políticas.” O governo chinês foi descrito como “ditadura”, e sobre a Rússia foi apontado que “é notável a repressão exercida pelo governo russo à oposição”.

## BANCO DOS BRICS

Instituição financiará projetos de emergentes



## OS BRICS E AS LIBERDADES

Bloco diverge bastante sobre direitos a civis

	ELEIÇÕES DIRETAS	LIBERDADE DE IMPRENSA Posição entre 180 países, da Repórteres sem Fronteiras	LIBERDADES CIVIS Da Freedom House	DIREITOS GAYS Em uma escala de 0 a 5, do "Guardian"	CORRUPÇÃO Posição entre 177 países, em 2013, da Transparência Internacional
BRASIL	Sim	111	livre	2	72
RÚSSIA	Sim, porém com restrições à oposição	148	não livre	1	127
ÍNDIA	Sim	140	livre	0	94
CHINA	Não, vive sob uma ditadura de regime	175	não livre	1	80
ÁFRICA DO SUL	Sim	42	livre	4	72

Com quatro repórteres em Brasília, “Presidentes sul-americanos elogiam criação de banco dos Brics” apontou para repercussões sobre a criação do banco dos Brics, reproduziu a afirmação da presidente da Argentina Cristina Kirchner "Apostamos num mundo multipolar", e citou termos elogiosos proferidos pelos presidentes de Uruguai, Bolívia, Colômbia e Venezuela sobre o tema. Na retransmissão “Novo Banco”, os membros dos Brics e o termos de funcionamento da instituição foram repassados.

Pela primeira vez no período observado com a alcunha G7, a reunião de 2014 ocorreu em Bruxelas, na Bélgica, após o cancelamento da cúpula em São Petersburgo, e o

afastamento da Rússia do grupo. Na editoria “Mundo”, a única reportagem, produzida, de Nova Iorque, trouxe no título as decisões do grupo em oposição à postura russa sobre a eleição do presidente ucraniano Petro Poroshenko, a grande motivadora da cisão naquele ano.

“G7 pressiona Putin a reconhecer presidente eleito da Ucrânia” trouxe como tema central Rússia, citada oito vezes na matéria, e seu presidente, Vladimir Putin, alvo de dez menções. O texto trouxe o posicionamento conjunto do G7: “intensificar as sanções e implementar outras significantes medidas restritivas para impor custos à Rússia, se necessário”. E a resposta de Putin às pressões, descrita como “ironia”: “Desejo que eles aproveitem [o encontro]”.

No ano de 2015, em Ufá, na Rússia, a reunião dos BRICS contou com duas reportagens, ambas no caderno “Mercado”. Uma trazia o tema da crise econômica logo em sua manchete, e a outra versou sobre a dificuldade em consensos e consequente ausência de temas “difíceis” na cúpula. Ambas foram assinadas pelo correspondente Leandro Colón.

Em “Na Rússia, cúpula dos Brics deve evitar temas difíceis”, uma galeria de fotos intitulada “O segundo mandato de Dilma Rousseff” trouxe 139 imagens da presidente, sobretudo de viagens internacionais da chefe de Estado. Cinco delas foram no encontro em Ufá, destas, quatro ao lado do presidente Vladimir Putin, anfitrião da cimeira. Sobre a reunião, a reportagem trouxe no lead o resumo: “sem expectativa de avanços de parcerias no curto prazo ou de abordagem polêmica sobre temas políticos.” Acerca dos aspectos discutidos, “sem muita profundidade” descreveu a necessidade de integração comercial, “rápida e simples” as discussões sobre a Ucrânia, e de “maneira genérica” para questões cibernéticas, terrorismo e sanções contra a Rússia. Na retranca ‘Sem menção a Grécia’, a relação de Putin com o primeiro-ministro grego Alexis Tsipras foi descrita como o russo sendo “um de seus principais interlocutores”. Destacou-se também que o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), pela primeira vez assim descrito no período observado, não iria em “resgate” ao país helênico.

“Preocupação com crise econômica domina cúpula dos líderes dos Brics” trouxe a galeria de fotos “7ª cúpula dos Brics, na Rússia”, que contém nove imagens com líderes presentes no encontro. A reportagem destacou que as “palavras ‘dificuldades’, ‘crise’, ‘recuperação’ e ‘desaceleração’ pontuaram os discursos dos chefes de Estado do bloco”. O termo “crise” foi empregado seis vezes, e a questão da Bolsa chinesa foi descrita como “forte queda” e “pane”. Além da galeria, uma foto com um homem observando o painel de variações da bolsa na China foi utilizada. A presidente Dilma Rousseff teve a seguinte expressão

reproduzida: "Nesse momento de crise internacional, nós devemos reforçar cada vez mais o papel dos Brics, tão importante para o desenvolvimento global".

Na Baviera, região alemã, em 2015, três publicações de agências foram reproduzidas, uma na sessão “Mundo” e as outras duas em “Mercado”. Dentre elas, duas tiveram como tema a “crise na Ucrânia” logo em seu título. A outra trouxe protestos contra a reunião.

Da agência *Reuters*, “Milhares protestam na Bavária antes de reunião do G7” trouxe uma fotogaleria com o título “Protesto contra o G-7 na Alemanha”. A maioria das oito imagens foi de manifestantes, uma trouxe policiais e a última apresentou a sede da reunião. A matéria trouxe a diferença entre as estimativas de participantes por parte da polícia e da organização dos protestos: “A polícia estimou uma multidão de 2 mil pessoas, enquanto os organizadores colocam o número em 4 mil.”

Por “das agências de notícias”, “Crise entre Rússia e Ucrânia é um dos principais temas na cúpula do G7” utilizou uma galeria de fotos intitulada “Líderes mundiais no G7”, com especial enfoque em Angela Merkel e Obama, presentes nas nove imagens. Acerca da questão na Ucrânia, a reportagem referiu-se como “conflito”, e indicou que “em meio a uma onda de violência que observadores têm culpado separatistas apoiados por Moscou.” No caso sírio, a produção utilizou o termo “guerra”. Foi o material lotado na editoria “Mundo”. Sobre o G7, descreveu como “grupo que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo”.

FIGURA 3 - “Crise entre Rússia e Ucrânia é um dos principais temas na cúpula do G7” - Folha de S. Paulo



Também “das agências de notícias”, “G7 exige fim da crise na Ucrânia para retirar sanção” utilizou os mesmos termos da anterior, e sobre a questão indicou que “Rússia fazia parte do grupo, então G8, até ser excluída por causa da anexação da península da Crimeia, que era território ucraniano, em março do ano passado.” Na retranca “Merkel e Obama”, o texto apontou da seguinte forma sobre as tensões entre os países acerca de espionagem: “A cúpula também serviu para Obama e Merkel darem sinais de que superaram as recentes divergências”.

Para Goa, em 2016, a correspondente Isabel Fleck escreveu apenas uma reportagem no caderno “Mundo”, nesta que foi a primeira viagem de Michel Temer ao exterior. O assunto foi a “cooperação para o terrorismo”, que pouco avançou, enquanto temas mais complicados ficaram de fora outra vez. Com o título “Em cúpula na Índia, Rússia propõe aos Brics ação conjunta contra terrorismo” a reportagem apresentou uma foto oficial com os cinco líderes do grupo. Por conta da questão que envolve Índia e Paquistão, a matéria destacou que o primeiro-ministro indiano Narendra Modi era um dos mais enfáticos na questão contra o terrorismo, e citando um atentado então recente na Caxemira, o mesmo

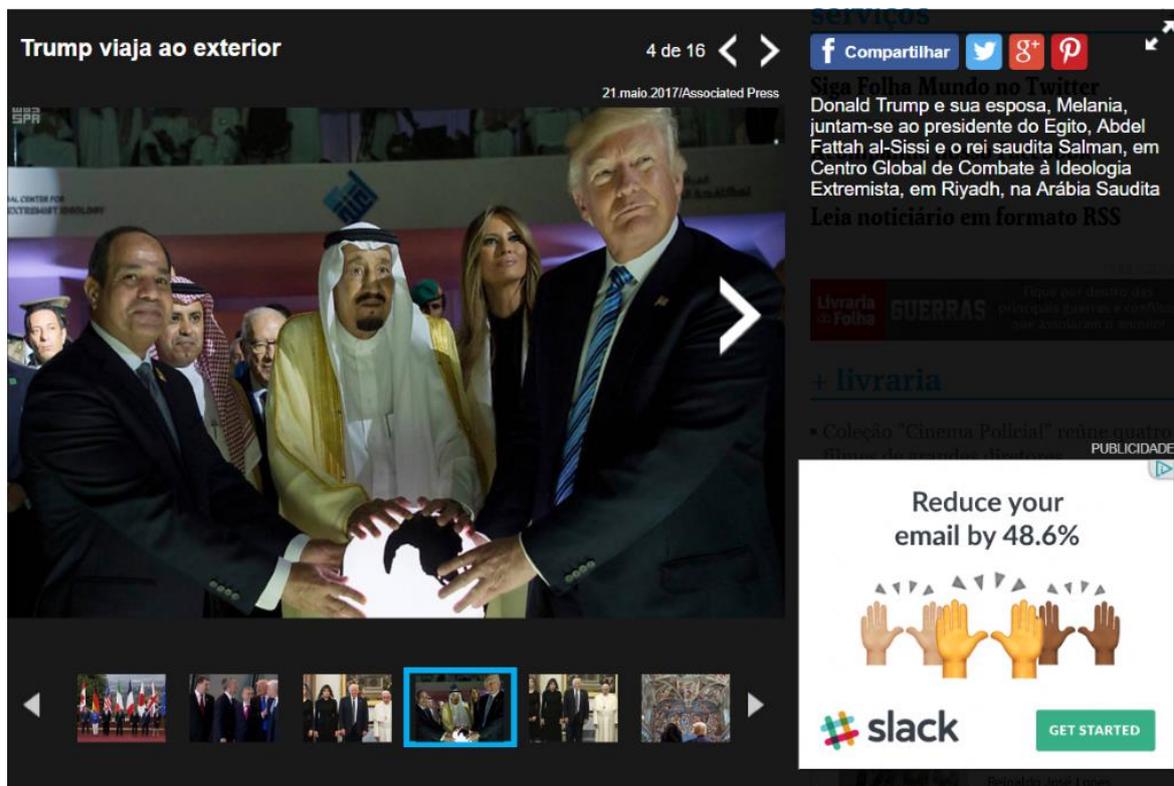
qualificou o país vizinho como “Estado terrorista”. Na retranca “Acordos”, a matéria citou áreas nas quais o grupo não conseguiu avançar. E em “Banco dos Brics”, citou Michel Temer acerca do organismo: “Nosso desempenho como grupo —e nossa capacidade de inovar no sistema internacional— serão avaliados com base no bom funcionamento dessa instituição.”

Neste ano, para o G7, a única matéria reproduzida em Shima, no Japão, esteve no caderno “Mercado” e em sua manchete falou sobre “esforços para garantir crescimento global”. A matéria foi reproduzida como “das agências de notícias”, e trouxe uma foto do primeiro-ministro japonês e anfitrião do encontro Shinzo Abe discursando. A matéria em geral versou sobre aspectos da economia global. Na retranca “Pontos Polêmicos”, houve a seguinte menção quanto a divergências existentes sobre o Mar da China Meridional: “texto não cita nenhum país em particular, mas a alusão à China é evidente.” Sobre a Rússia, a retranca apontou que o “grupo condenou também a ‘anexação ilegal’ da península da Crimeia, da Ucrânia, pela Rússia.”

Não houveram reportagens sobre a cúpula dos BRICS em Xianmen, na China, em 2017. Na reunião do G7 na Sicília, região italiana, a única matéria foi reproduzida “das agências de notícias”, e esteve no caderno “Mundo”, tratando sobre conteúdos extremistas pouco depois do ataque terrorista a uma arena em Manchester.

Em “Líderes do G7 querem que empresas retirem conteúdo extremista das redes” há uma fotografia com os líderes de todos os países participantes reunidos em uma mesa. Também há duas galerias de imagens. Na primeira, “Explosão em Arena em Manchester”, 32 fotos mostram vítimas e sobretudo as homenagens prestadas aos vitimados no atentado. Em “Trump viaja ao exterior”, 16 imagens apresentam partes daquela que foi a primeira incursão internacional de Trump como presidente dos Estados Unidos. Na retranca “Clima”, a matéria demonstrou consternação com a eleição norte-americana: “líderes mundiais se preocupam com o futuro da gestão global sobre o assunto desde que Donald Trump chegou à Presidência dos Estados Unidos.”

FIGURA 4 - “Líderes do G7 querem que empresas retirem conteúdo extremista das redes” - Folha de S. Paulo



Na reunião dos BRICS em Johannesburgo, na África do Sul, no ano de 2018, o jornal enviou o correspondente Nicola Pamplona, responsável por três reportagens no caderno “Mundo”. Em todos os casos, as discussões do pautaram-se em reflexos de decisões do governo Donald Trump, mencionado nas três matérias. Em duas o assunto foi o comércio internacional, e a outra versou sobre as repercussões do anúncio da mudança da embaixada norte-americana em Israel de Tel Aviv para Jerusalém. Somando-se os três materiais, Trump foi citado no total 12 vezes. Em comparação, Temer foi referido em quatro oportunidades.

Em “Na comemoração de seus dez anos, Brics miram os EUA em cúpula” uma fotografia apresenta o mandatário chinês Xi Jinping ao lado do presidente sul-africano e anfitrião da cúpula, Cyril Ramaphosa. Em uma galeria com 15 imagens, a reportagem apresenta uma série de produtos envolvidos no comércio global. O NBD foi citado como a “grande realização do grupo”, que teve como balanço sobre seus dez anos a consideração: “As críticas aos Estados Unidos deixaram em segundo plano a celebração dos dez anos do grupo, criado em meio à crise econômica 2008 como um esforço conjunto para a recuperação dos países, que concentram 40% da população mundial.” Na retranscrição “Acordos”, considerações sobre a agenda do presidente Michel Temer.

“Brics defendem acordo entre Israel e palestinos para status de Jerusalém” trouxe uma imagem com a pose oficial dos cinco líderes do grupo. O enfoque no conflito árabe israelense foi descrito assim: “O conflito entre israelenses e palestinos já vinha sendo citado nas declarações dos Brics, mas a citação ao status de Jerusalém foi provocada pelo anúncio, feito em dezembro de 2017, da transferência da embaixada americana em Israel para Jerusalém.” Também sobre as decisões do governo de Trump, a reportagem trouxe: “Na cúpula de 2018, os Estados Unidos se tornaram protagonistas em críticas contra a guerra comercial iniciada pelo governo Trump, com imposição de barreiras à importação, que prejudicam especialmente a China.”

“Em declaração final, Brics dizem que comércio global enfrenta desafios sem precedentes” a matéria trouxe uma galeria com dez fotos dos líderes no evento. Versando sobre comércio internacional, o material indicou que os líderes “reforçam a defesa do papel da OMC”. O presidente Michel Temer afirmou: “Só somos competitivos quando somos abertos”.

Em 2018, na reunião do G7 no Quebec, no Canadá, a única reportagem esteve na editoria “Mundo” e foi produzida desde Washington. Na ocasião, a manchete trouxe o nome de Donald Trump, e ressaltou as críticas que o mesmo sofreu por parte dos pares europeus por conta de não ter endossado a solução final proposta pelos parceiros.

“Europeus do G7 criticam Trump e dizem que decisão foi infantil e incoerente” apresentou uma das fotografias mais difundidas do período analisado. Na imagem, Trump parece ser confrontado por Merkel, enquanto permanece sentado e é observado por grande parte dos líderes presentes. Sobre a postura do presidente norte-americano, a matéria afirmou: “para uns, foi infantil. Para outros, uma demonstração de força.” O material trouxe críticas a atitude de Trump por parte de envolvidos com diplomacia dos Estados Unidos, Alemanha e França, e repercutiu posturas favoráveis e contrárias de figuras relevantes no cenário, Angela Merkel, John McCain e John Bolton. O termo “infantil” para designar a atitude de Trump foi utilizado quatro vezes.

**FIGURA 5 - “Europeus do G7 criticam Trump e dizem que decisão foi infantil e incoerente” - Folha de S. Paulo**



## 4.2 - ANÁLISE DAS PRODUÇÕES

O material descrito engloba principalmente reportagens publicadas nos cadernos “Mercado” e “Mundo” do jornal *Folha de S. Paulo*. Ambos espaços pressupõem em suas publicações um mínimo grau de conhecimento por parte do leitor sobre os cenários econômicos e globais, o que eventualmente exige um tom mais didático e pouco profundo que um veículo mais generalista e de comunicação em massa poderia incorrer. Exemplo disto no material analisado são as frequentes manchetes em que termos à exemplo de nomes de chefes de Estado, ou mesmo siglas internacionais são mencionados a partir da concepção de que o leitor alvo já possui um repertório para compreender a referência.

Dentre os líderes que apareceram nas manchetes apenas com o sobrenome estão o ex-presidente francês François Hollande, o líder sírio Bashar al-Assad, o presidente russo Vladimir Putin, e o norte-americano Donald Trump. Nos casos sírio e russo, o momento em que os sobrenomes passaram a compreender as respectivas lideranças são notórios da relevância que tais mandatários ganharam no cenário internacional, aspecto que França e Estados Unidos compreendem desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A Síria, país antes de 2011 pouco frequente no cenário político brasileiro, ganhou relevância a partir de 2011 com a eclosão de uma Guerra Civil no país, e que tem como principal figura Assad. Assim, é

compreensível que a matéria de 2013 “Assad pede ajuda aos Brics para acabar com guerra civil na Síria” trate o principal personagem do embate a partir da suposição de que o leitor percebe a referência.

No caso de Putin, a primeira referência em uma manchete veio em 2014 com “G7 pressiona Putin a reconhecer presidente eleito da Ucrânia”. O momento foi o mesmo no qual a Rússia ganhou protagonismo nos conflitos sírios e ucranianos, e seu presidente foi o grande personagem desta guinada, como demonstram as dez menções que esta matéria dirigiu ao mesmo, frente a oito do termo “Rússia”. É notório como Putin possuiu um espaço muito maior frente a seu antecessor Dmitri Medvedev, que ocupou a Presidência entre os períodos englobados de 2008 a 2012, no entanto com bem menos protagonismo que o ex-prefeito de São Petersburgo.

Quanto às siglas, termos referentes a organizações de potências tradicionais obtiveram destaque. Em 2013, “Grupo dos Brics cria alternativa ao FMI” remete o leitor a percepção de um órgão pertencente aos acordos de Bretton Woods para criar uma referência, e como consequência, uma contraposição à instituição previamente estabelecida. A sigla FMI foi utilizada por nove vezes durante a matéria. No mesmo ano, “Banco dos Brics' não deverá sair antes de 2016” apresentou a proposta como “alternativa” a outro órgão pertencente aos acordos de Bretton Woods, o Banco Mundial. Neste momento, é notório como a concepção comum é a de que as articulações dos BRICS convergiam para o estabelecimento de uma contra hegemonia às instituições que estabeleceram a ordem mundial após o fim da segunda grande guerra.

Em crise, outra instituição que foi mencionada apenas por sua sigla foi a União Europeia, com “Dirigentes da UE dizem que rigor fiscal e crescimento devem andar juntos”, em 2012. Menos conhecida que siglas como FMI e ONU, UE foi utilizada por conta da crise financeira pela qual passava o bloco nestes momentos, quando suas medidas ganharam grande protagonismo global.

No começo dos BRICS, na primeira cúpula em 2009, as orientações do grupo como uma contraposição à hegemonia das grandes potências estabelecidas e do caráter econômico da união ficaram explícitas na cobertura do evento. Todas as reportagens da ocasião foram publicadas no caderno “Mercado”. A reportagem que buscou apresentar o grupo “Líderes dos Brics pedem mais diversidade para sistema monetário mundial” trouxe destaque para o momento do cenário global envolvido, e indicou que o “ganhou destaque ainda maior com a crise espalhada a partir das maiores economias mundiais.” Para reforçar a

importância no cenário externo, uma das matérias apresentou os dados de que “os quatro países têm 40% da população e 15% do PIB (Produto Interno Bruto) mundiais.” Naquele ano foi ventilado a possibilidade de utilização de uma moeda local entre os membros, e Lula classificou o evento como “extraordinário”.

Naquele ano, a reunião do G8 contou com o mesmo número de reportagem que a dos BRICs, e o principal repórter de assuntos internacionais do jornal, Clóvis Rossi, foi enviado, o que destaca a importância que a reunião possuía. “Reunião do G8 termina com consenso de mais espaço aos emergentes; entenda” demonstrou como o grupo das então nações mais poderosas percebia as mudanças na ordem internacional e a necessidade de alterar os componentes das principais tomadas de decisão na esfera global. Nas outras reportagens, Lula foi figura constante, inclusive em uma foto abraçado a Barack Obama, e os posicionamentos do Brasil sobre mudanças climáticas e a questão nuclear iraniana foram amplamente refletidos. O grau de confiança com o estabelecimento de uma nova organização do cenário global por parte do Brasil é expresso na declaração do ex-chanceler Celso Amorim: "O G8 morreu em legitimidade e eficácia".

O enfoque da cobertura dos BRICs como um grupo econômico seguiu em 2010, quando outra vez as quatro reportagens sobre a cúpula foram publicadas em “Mercado”, inclusive a entrevista com o criador do acrônimo, Jim O’Neill, que reforçou o caráter voltado às finanças com base em suas perspectivas como membro do Goldman Sachs. No entanto, naquele ano a primeira proposta concreta, e que se provou como a única grande realização anos depois, do grupo avançou, a de criar um banco de desenvolvimento próprio. Na entrevista com O’Neill, vale destaque para um alerta que se demonstrou quase profético sobre os riscos quanto à dependência da China para a exportação de commodities: “é ‘perigoso’ acreditar que o crescimento chinês dará suporte aos preços das commodities minerais no futuro, como petróleo, carvão e aço, pois a China, cada vez mais, deve priorizar a eficiência energética e as fontes renováveis de energia.” Último ano antes do ingresso da África do Sul no bloco, uma das reportagens fez menção ao IBAS em uma retransmissão, grupo que ficou de certa forma obsoleto com seus três integrantes fazendo parte dos BRICs.

Em 2010, o número de reportagens sobre a cúpula do G8 ainda repetiu ao dos BRICs, com destaque para que a segunda foi realizada no Brasil. Foi o último ano em que o jornal enviou correspondentes para o G8. A reunião daquele ano foi realizada em conjunto com a do G20, o que explica o grau de relevância empregado ao evento. O destaque do Brasil nos assuntos internacionais em meio a um dos melhores momentos da economia é notório

pelo país ter sido manchete de uma das reportagens, sobre a questão nuclear iraniana. Os emergentes, no caso dos BRICs em seu melhor momento econômico, também foram protagonistas. A crise financeira nos países desenvolvidos ajuda a explicar o alto destaque que protestos obtiveram naquele momento. Movimentos como o Occupy Wall Street nos Estados Unidos e os Indignados na Espanha floresciam na mesma época, e em comum culpavam as grandes instituições tomadoras de decisão.

Com as cinco reportagens no caderno “Mundo” e com a cobertura de Clóvis Rossi, a cúpula dos BRICS de 2011, em Sanya, demonstrou a maior projeção que ganhou o grupo. Para além das cooperações econômicas, o grupo buscou orientações para assuntos de grande interesse geopolítico, em especial a reforma no Conselho de Segurança da ONU e o posicionamento sobre a Primavera Árabe que eclodiu naquele ano, além de ganhar o reforço da África do Sul. No caso da ONU, Dilma Rousseff reassumiu os compromissos do governo de Lula e apontou que mudanças no organismo seriam prioritárias: “a reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança são essenciais porque não é possível iniciarmos a segunda metade do século 21 vinculados a um acordo institucional criado após a guerra”.

Em contraposição à grande parte das potências ocidentais, que apoiavam a queda de regimes como o de Muammar Gadafi na Líbia e Bashar al-Assad na Síria, os BRICS haviam convergido para rechaçar o uso da força. Os textos mencionaram apenas o caso de Gaddafi, que cairia meses depois após uma intervenção capitaneada por potências ocidentais, em especial a França. Em todo este momento, o líder líbio foi referido como “ditador” e a oposição ao mesmo como “rebeldes”.

Com menos destaque que reuniões anteriores e que o encontro dos BRICS, em 2011 a cobertura da cúpula do G8 teve como grande destaque a Primavera Árabe. A partir de agências internacionais, os eventos foram descritos como “revoltas” e “reformas”. Em determinado momento, sobre investimentos destinados a países árabes que passavam por mudanças, o valor foi classificado como ajuda às “novas democracias árabes”, que teriam sido consolidadas após a “queda de duas ditaduras”. À época, os governos tunisiano de Ben Ali e o egípcio de Hosni Mubarak haviam caído. Em ambos os países eleições foram convocadas. No primeiro caso, Béji Essebsi foi eleito presidente, cargo que ainda mantém. No Egito, Mohamed Morsi, da Irmandade Muçulmana, venceu as eleições presidenciais, no entanto foi afastado do poder por uma junta militar comandada por Abdel Fatah al-Sisi.

Com quatro reportagens e Clóvis Rossi como correspondente, a reunião dos BRICS em Nova Délhi demonstrou a expansão do grupo para temas ambientais. “Combater

pobreza também é 'economia verde', diz cúpula dos Brics” quando em termos gerais, o grupo buscou firmar posição no direito a uma exploração maior por parte de países em desenvolvimento para poderem alcançar o patamar que países ricos obtiveram, uma questão que vem opondo ambos blocos em temas ambientais. Outro tema que opôs BRICS e países desenvolvidos foi a questão iraniana. À época, as pressões sobre a nação persa se intensificaram por conta do programa nuclear do país, e sanções atrapalhavam a economia iraniana de maneira brusca. O Brasil, que havia buscado um acordo com o Irã junto à Turquia, viu sua proposta ser deixada de lado, enquanto as potências ocidentais fechavam o cerco aos persas. Na ocasião, os cinco membros dos BRICS condenaram as iniciativas comandadas sobretudo pelos Estados Unidos.

As tensões com o Irã repercutiram na reunião de 2012 do G8 por conta de impactos possíveis no preço do barril de petróleo. Os países se organizaram para tentar manter uma oferta descrita como “adequada” de óleo. No entanto, visando uma recuperação plena da crise econômica, os principais destaques da reunião em Camp David ficaram em torno da retomada do crescimento. Os membros buscavam consensos sobre a criação de emprego, no entanto a crise grega aparecia no cenário como uma possível turbulência e impeditivo. As Primaveras Árabes foram mencionadas, no entanto, a questão líbia não ganhou destaque. No ano anterior, capitaneado pelo presidente francês Nicolas Sarkozy, potências ocidentais haviam deposto Muammar Gaddafi, o que mergulhou a Líbia em uma guerra civil e que posteriormente levou ao território a ser visto por analistas como “estado falido”.

Para os BRICS, 2013 representou o ano no qual “o primeiro resultado concreto desde que o grupo foi oficialmente criado.” Foi assim que a correspondente Patrícia Campos Mello descreveu em Durban o fundo acordado pelo grupo, uma contraposição ao FMI. Em meio a uma grande presença do Brasil no continente africano, à exemplo de obras em Angola e Moçambique, e acordos com Namíbia e Guiné Equatorial, a cobertura trouxe na retranca “África” as perspectivas brasileiras para o continente. Com grande presença no governo Lula, a participação do Brasil em negócios na África caiu posteriormente, enquanto a China aumentava sua força. Na ocasião, o “Brasil diz não temer que a competição com a China pelos recursos naturais africanos seja obstáculo para os projetos de cofinanciamento.”

Uma espécie de tempestade perfeita atingiu o país e suas relações com a África depois. Uma das mais graves crises financeiras de sua história junto a uma série de escândalos de corrupção nos negócios realizados no continente, em áreas como telefonia e construção civil, com destaque para a Odebrecht, levou a um distanciamento e a perda de boa parte dos

recursos empregues à época. Sobre o tema, o jornalista Fábio Zanini no livro “Euforia e Fracasso do Brasil Grande” descreveu como investimentos brasileiros passaram a ser vistos com desconfiança e subaproveitados, frente a uma expansão chinesa no continente. No governo de Dilma Rousseff, a presença externa brasileira já havia diminuído, e no caso dos países em desenvolvimento, o fenômeno intensificou-se no governo de Michel Temer que nomeadamente preferiu outras opções aos acordos Sul-Sul.

Pela primeira vez no material observado, quanto à questão síria a cobertura trouxe a perspectiva de Assad sobre seus opositores com “chamados por ele de terroristas.” A matéria também menciona que o Qatar abriu representação diplomática para os “rebeldes” em Doha por conta de o país ter financiado os combatentes. Sobre o tema, a reunião do G8 na Irlanda do Norte naquele ano “Após bloqueio russo, G8 não menciona Assad em documento sobre Síria” destacou que a Rússia era o “único membro do grupo que apoia o regime sírio.” No entanto, neste momento conversas e conferências sobre uma “transição” na Síria já eram mencionadas.

Em meio às divergências, a cobertura neste ano trouxe apenas duas matérias sobre o G8. Além da mencionada sobre Assad, uma denúncia do jornal britânico Guardian apontava para casos de espionagem por parte do Reino Unido. À época, o assunto causava inquietação generalizada no cenário global, já que após a divulgação por parte de Edward Snowden de que os Estados Unidos haviam espionado países, dentre eles Alemanha e Brasil, a privacidade ganhou notório destaque no cenário internacional. Por outro lado, a curta cobertura para além de problemas internos no G8 era um indicativo de como o grupo havia perdido o interesse para o Brasil.

Pela segunda vez com sede no Brasil, a cúpula dos BRICS em 2014 ganhou notório destaque. No entanto, as indicações sobre a heterogeneidade do grupo e conflito de interesses passaram a ganhar mais destaque na medida em que o grupo avançava para além de cooperações simples. No caso do conflito com a Ucrânia, os países ficaram na complicada situação de lamentar os episódios sem apontar a Rússia como culpada. A cobertura da Folha de S. Paulo acompanhou as acusações de grande parte das mídias ocidentais e destes países que descrevem o que ocorreu na Crimeia como uma “anexação russa”. Por sua vez, os russos se defendem evocando um referendo que culminou com vitória pro-russa e o princípio de autodeterminação dos povos.

As disputas entre as cidades de Xangai e Nova Délhi para a sede do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) apresentaram as dificuldades que o grupo tem para amenizar as

disputas pela liderança do bloco. China e Índia se opõem em uma série de conflitos à exemplo da região da Caxemira, e as duas maiores populações do mundo possuem suas próprias agendas quanto à ordem global. Outro sintoma de atrito descrito na cobertura de 2014 foi quanto às liberdades civis. A maior economia do grupo, a chinesa, é comandada por um sistema apontado como “ditadura” na reportagem.

A China é frequentemente acusada por conta das violações dos direitos civis, sendo notórios os massacres ocorridos durante a Revolução Cultural e na Praça da Paz Celestial no século XX. Já no período abrangido, o prêmio Nobel da Paz e opositor ao governo chinês Liu Xiabo foi representado na imprensa internacional como vítima do regime chinês, o que também é apontado no caso dos muçulmanos uígures sobre os quais recaem denúncias de que sofreriam abusos na província de Xianjing. Apesar dos problemas internos, a reportagem “Presidentes sul-americanos elogiam criação de banco dos Brics” trouxe uma série de elogios ao grupo, sobretudo de países que buscavam uma visão crítica às potências hegemônicas.

Com a saída da Rússia, a perda de relevância da reunião do G7 em 2014, que estava marcada para São Petersburgo e teve de ser mudada para Bruxelas é representada no fato de apenas uma reportagem ter sido publicada acerca do encontro. No auge do conflito na Ucrânia, e com a guerra da Síria ganhando mais relevância, as sanções intensificadas contra a Rússia determinaram uma das maiores tensões entre russos e ocidentais desde o final da Guerra Fria. A reportagem utilizou o termo “provocações” para descrever a atividade russa no Leste da Ucrânia, em reprodução ao discurso de Obama. Para descrever o papel mediador que a França tentou obter neste momento da crise, a reportagem indicou que “diplomatas franceses dizem que Hollande deve forçar a barra para que Putin se encontre com Poroshenko durante as celebrações na França.” O papel posteriormente viria a ser assumido de maneira mais incisiva pela Alemanha.

Em 2015, a crise financeira que afetaria nos BRICS sobretudo Brasil, Rússia e África do Sul foi o grande destaque da cobertura da reunião em Ufá. As duas reportagens produzidas pelo correspondente Leandro Colón abordaram as dificuldades financeiras no grupo. O resumo apresentado em uma reportagem: “sem expectativa de avanços de parcerias no curto prazo ou de abordagem polêmica sobre temas políticos” é uma mostra de que no campo político, o cenário que antagonizou russos e ocidentais complicava qualquer manifestação dos demais membros do grupo, enquanto que a crise minimizava a expansão de parcerias.

Na reportagem “Preocupação com crise econômica domina cúpula dos líderes dos Brics” o termo “crise” foi empregue seis vezes, e a reunião naquele ano contou com a coincidência de uma das mais fortes quedas na bolsa chinesa ter ocorrido no mesmo período. A diminuição do crescimento chinês, uma das grandes razões para a queda no valor das commodities que influenciou diretamente nas crises de Brasil e Rússia, foi expresso de maneira simbólica bem próximo da cúpula.

Com sede na Baviera, na Alemanha, a reunião do G7 de 2015 teve como grande assunto a questão ucraniana, na qual a anfitriã Angela Merkel estava profundamente envolvida. A chanceler era uma das principais envolvidas nos Acordos de Minsk, que buscavam uma solução para o conflito. Representantes dos governos da Ucrânia, da Rússia, da França, dos Estados Unidos, e da autoproclamada República de Donetsk, no Leste do país, também se engajaram na busca de soluções na capital bielorrussa. Das matérias reproduzidas, duas tiveram como tema a questão na Ucrânia. A cobertura compactuou com a versão mais difundida no ocidente que era a de que “em meio a uma onda de violência que observadores têm culpado separatistas apoiados por Moscou.”

A reunião dos BRICS em Goa marcou a primeira viagem internacional de Michel Temer e mudanças nas orientações da política externa brasileira. Menos ativa, inclusive por conta da crise financeira que estava em um de seus momentos mais graves, poucos avanços marcaram a cobertura da correspondente Isabel Fleck na Índia em 2016. O principal tema da única reportagem publicada, “Em cúpula na Índia, Rússia propõe aos Brics ação conjunta contra terrorismo”, foi pouco caro ao Brasil, que era o terrorismo. À época, a Rússia lidava com seus problemas internos quanto às ameaças de terror, e intensificava sua atividade na Síria em auxílio a Assad no combate a milícias ligadas à Al Qaeda e ao Grupo Estado Islâmico. O evento foi fortemente afetado pelo país anfitrião ter sofrido um atentado terrorista nos dias anteriores, do qual a Índia culpou o Paquistão, a quem chamou de “Estado terrorista”. A situação coloca a China em situação complicada dentro do grupo, já que as relações do país com o Paquistão são bastante próximas.

Apenas uma matéria foi reproduzida sobre a reunião de Shima em 2016 do G7, mas a retranca “Pontos Polêmicos” representou atritos crescentes no cenário global. Com conflitos no Mar da China Meridional, a matéria indicou que mesmo sem apontar claramente para o país, o G7 deixou flagrante as tensões “texto não cita nenhum país em particular, mas a alusão à China é evidente.” O outro tópico em pontos polêmicos foi a situação com a Rússia,

quando a matéria utilizou o termo anexação ilegal entre aspas para designar a situação referente à Crimeia.

A cúpula dos BRICS em Xianmen em 2017 não foi alvo de nenhuma matéria, o que é resultado de uma confluência de fatores internos e externos. No campo que cabe ao Brasil, a crise financeira e as mudanças nas orientações para a política externa são dois fatores que demonstram uma menor atenção para que o Brasil se projetasse no cenário global. No globo, o momento delimita uma mudança com a expectativa quanto a uma homogeneização dos países considerados “emergentes”.

No campo político, a Rússia conseguiu conquistar uma posição relevante na ordem mundial com suas presenças em questões à exemplo de Geórgia, Ucrânia e Síria. No aspecto econômico, a Índia seguiu com altas taxas de crescimento e caminha para se consolidar entre as principais nações em poderio financeiro do mundo. Por sua vez, unindo os dois aspectos, a China consolida-se como uma das duas grandes potências globais, em oposição aos Estados Unidos. A heterogeneidade do grupo, frequentemente apontada como um fator que poderia enfraquecê-lo, se fez presente neste momento de crise.

Em 2017, o presidente dos Estados Unidos Donald Trump passou a ser o grande protagonista da política internacional. Na matéria publicada sobre a reunião do G7, os poucos avanços da cúpula foram ofuscados pelo fato de a mesma ter sido incluída na primeira viagem internacional de Trump como presidente, o que rendeu uma galeria de fotos na matéria. O material apresentava a retranca “Clima”, e indicava que “líderes mundiais se preocupam com o futuro da gestão global sobre o assunto desde que Donald Trump chegou à Presidência dos Estados Unidos.” As mudanças climáticas foram assuntos frequentes nas discussões do G7, e o mais ambicioso acordo global neste sentido, o de Paris, firmado em 2015, era visto como um avanço prático destes debates. Naquele mesmo ano, Trump decidiu abandonar o acordo.

Nas três reportagens publicadas sobre a reunião dos BRICS em 2018 pelo correspondente Nicolas Pamplona, todas versaram a uma reação a medidas de Trump. Nas três produções, o presidente norte-americano foi referido por 12 vezes, enquanto Temer foi citado em quatro momentos. Na comemoração de dez anos do bloco, o NBD foi referido como a “grande realização do grupo”. Mesmo com a simbólica data, a instabilidade do cenário global por conta das mudanças com Trump levou a cobertura a resumir o clima da reunião do seguinte modo: “As críticas aos Estados Unidos deixaram em segundo plano a celebração dos dez anos do grupo, criado em meio à crise econômica 2008 como um esforço conjunto para a recuperação dos países, que concentram 40% da população mundial.”

O material indicou que os líderes “reforçam a defesa do papel da OMC”. As preocupações quanto a Trump versava em grande parte sobre seus questionamentos ao comércio internacional, sobretudo com direção à China, mas com reflexos que podem afetar muitas outras nações. Apesar de críticas, é na OMC que está uma das outras grandes realizações dos BRICS, a eleição do diretor-geral do órgão, o brasileiro Roberto Azevedo. O outro tema que causou turbulência na ordem internacional foi a mudança da embaixada norte-americana em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, um gesto que foi contrário a diversas indicações do direito internacional. No caso do Brasil, o país historicamente defende a Solução de Dois Estados para o conflito.

Na reunião do G7 em 2018, o protagonismo de Trump foi ainda mais notório. Com o título “Europeus do G7 criticam Trump e dizem que decisão foi infantil e incoerente” líderes e próximos ao meio diplomático questionaram a postura do presidente norte-americano. A foto em que Merkel aparenta pressionar um desafiador Trump foi difundida de maneira extensa pelo mundo. O termo “infantil” foi utilizado para designar o comportamento do norte-americano por quatro vezes, sempre com o destaque de que o mesmo não havia utilizado dos meios mais diplomáticos para não endossar a solução proposta por seus pares.

Os primeiros anos demonstram uma euforia por parte dos membros dos BRICs com o estabelecimento do grupo, frente a um cenário de crise nas potências do G8. No período entre 2000-2007, os BRICs foram responsáveis por 27% do aumento do PIB global, enquanto entre 2007-2010, o grupo correspondeu à 50% do crescimento. Os números demonstram que a participação dos países na economia mundial cresceu de maneira acelerada, assim como as expectativas destes. Nas primeiras reuniões, são notáveis as menções a reformas no sistema internacional, mudanças na ONU e o avanço na cooperação entre os membros para outras áreas.

No entanto, em 2010 avisos sobre os problemas enfrentados que o grupo enfrentaria já eram notáveis. A entrevista “Desafio para o Brasil é avançar no comércio internacional, diz “pai” do acrônimo Bric” com o criador do acrônimo apontava para problemas nas decisões de dependência que os países estavam criando, sobretudo da compra de commodities por parte dos chineses. Em 2012, o país veio a se tornar o maior parceiro comercial do Brasil. Em 2011, novos alertas. O mesmo Jim O’Neill declarou ao jornal “não ver sentido na adesão” da África do Sul, visão que a Folha de S. Paulo deu indícios de compartilhar ao publicar que as características sul-africanas “contribuem para aumentar as

diferenças em um grupo que já é heterogêneo do ponto de vista político, cultural e geográfico.”

Na reunião em Fortaleza de 2014, quando os traços da crise econômica do governo de Dilma Rousseff davam seus sinais mais fortes, é notável como a cobertura passou a destacar as divergências existentes na agremiação. Os termos “discordam” e “divergem” apareceram logo nas manchetes de duas das quatro reportagens e “Países do Brics discordam sobre liberdades civis” contou com um infográfico relativo a todos os membros do grupo. Em “eleições diretas”, “liberdade de imprensa”, “liberdades civis”, “direitos gays” e “corrupção”, Rússia e China despontavam como países restritivos à liberdade, enquanto os membros do fórum IBAS eram vistos com ressalvas, mas ainda sim “livres”, como é o indicativo da fundação Freedom House para “liberdades civis” empregado como fonte.

Com os PIBs de Brasil e Rússia encolhendo 3,5% e 2,5% respectivamente, o ano de 2015 que já seria um dos mais duros para os BRICS contou ainda com a publicação de “Do the BRICS Still Matter?”, pelo Center for Strategic and International Studies (CSIS). Naquele ano, ocorreu também o simbólico fechamento do fundo de investimentos do Goldman Sachs para o bloco. O pessimismo com o governo Dilma Rousseff em seu último ano, e a desilusão com o cenário internacional tomou conta da produção das duas reportagens. Se o entusiasmo de Lula na primeira reunião foi sua descrição de que a cúpula havia sido “extraordinária”, em 2015 a Folha de S. Paulo resumiu a reunião com: “As palavras ‘dificuldades’, ‘crise’, ‘recuperação’ e ‘desaceleração’ pontuaram os discursos dos chefes de Estado do bloco, entre eles Dilma Rousseff (Brasil), Xi Jinping (China) e Vladimir Putin (Rússia), anfitrião do encontro realizado na cidade russa de Ufá.”

As coberturas que se seguiram das cúpulas dos BRICS retrocederam a partir de então. Em 2016 houve uma reportagem, na esteira da primeira viagem internacional de Michel Temer como presidente, assunto que costuma gerar interesse. Xianmen em 2017, como trazido anteriormente não trouxe produções. Em 2018, o número de reportagens produzidas voltou a subir, no entanto a simples análise quantitativa não basta neste caso. Observando melhor, a cobertura voltou-se muito mais a uma contrarreação ao governo dos Estados Unidos do que a propostas e avanços por parte dos BRICS. A própria *Folha de S. Paulo* resumiu o tom na cobertura com “As críticas aos Estados Unidos deixaram em segundo plano a celebração dos dez anos do grupo”.

Por sua vez, a cobertura do G8 e posterior G7 desde 2009 não demonstrou euforia em nenhum momento, nem por parte da publicação, tampouco dos participantes.

Simbolicamente, “G8 começa com alerta contra o otimismo” é a primeira produção analisada e o termo “alerta” seguido de “otimismo” demonstra o pragmatismo que é usual no segmento da cobertura. Na própria matéria, o G20 foi citado oito vezes, e o G8 tratado com ceticismo. O destaque que a cobertura, que contou com Clóvis Rossi, é em grande parte explicado pelo espaço que os países emergentes tiveram no encontro à época, com especial enfoque no Brasil.

O mesmo fenômeno é notado na cobertura de 2010 da cúpula em Hunstville, nos Estados Unidos, e que foi adaptada para ocorrer no mesmo período que a reunião em Toronto do G20. Sobre a participação brasileira, destaques para os esforços que o Brasil procurou quanto a um Acordo Nuclear junto ao Irã. Já quanto ao G8, mais uma vez a cobertura adotou um tom pouco otimista em “G8 diz que recuperação da economia ainda é frágil”.

Nos anos seguintes, as cúpulas ganharam menos destaque por conta do distanciamento do Brasil. No geral, sobre a economia era adotada cautela como em 2012 com “G8 vê economia global mais forte mas alerta por dívida pública”, em que por mais que haja destaque para uma recuperação do crescimento, os problemas financeiros ganhavam destaque, o que ficou evidente com as crises da Zona Euro e da Grécia, mencionadas em grande parte das matérias posteriores. Por sua vez, no cenário geopolítico as tensões se acirraram justamente nestes momentos, e a cobertura da *Folha de S. Paulo*, neste momento em grande parte baseada em agências de países ocidentais, adotou uma linha discursiva semelhante as destas nações, o que ficou manifesto no caso das Primaveras Árabes.

Desde 2017, as coberturas das cúpulas do G7 voltaram-se a figura de Trump. Como comparação, seu antecessor não havia sido título de nenhuma das matérias produzidas nos oito anos anteriores, o que ocorreu com a atual presidente em sua segunda reunião, da qual sequer o mesmo era anfitrião. Os termos utilizados para designar ambos na cobertura também se mostraram distintos. Na reportagem sobre a reunião no Quebec, Trump foi referido quatro vezes como “infantil”, e variações dos termos “petulante”, “incoerente” e “raivoso” foram empregues. Em seu segundo ano de mandato, nenhuma das reportagens fez menção direta a Obama. Regressando a 2009, “Reunião do G8 termina com consenso de mais espaço aos emergentes; entenda” foi a que mencionou mais vezes o democrata, descrito em todas ou como “líder”, ou como “presidente”.

É notável como alguns assuntos de impacto global ao longo desta década foram suprimidos em dados momentos, ou mesmo não contaram nas reportagens. O conflito na Geórgia, que havia sido deflagrado em 2008, não foi alvo de nenhuma menção, por mais que

a Rússia estivesse diretamente envolvida e fizesse parte dos dois blocos. No caso da Líbia, enquanto o denominado “ditador Muammar Gadaffi” seguiu no poder, foi mencionado em ambos os grupos, no entanto após sua morte, a questão na Líbia foi relegada a segundo plano. Alvo de manchetes, e no auge da crise com protagonismo para o primeiro-ministro Alexis Tsipras, a situação grega não voltou a constar após as decisões dos órgãos financeiros serem definidas para o país.

Nota-se que durante toda a década, apenas três agências de notícias foram utilizadas para a produção de materiais: *AFP*, *EFE* e *Reuters*. Por maior que tenha sido o incremento de fontes de informação no dito mundo multipolar, em certos aspectos descritos pelo efeito *Al Jazeera*, o principal jornal do Brasil na cobertura internacional seguiu utilizando das mesmas agências de países ocidentais, no caso França, Espanha e Reino Unido, para sua cobertura internacional, cenário que é semelhante ao descrito por Clóvis Rossi na década de 80. Como visualizado, os discursos presentes nestas matérias em grande parte coincidem com as narrativas adotadas pelos governos de seus respectivos países de origem.

No aspecto das editorias, é notável como os BRICS começaram como um grupo visto de maneira mais restrita a acordos econômicos, e com o tempo passou a confluir para demais áreas, o que é representado em uma maior presença na editoria “Mundo” nas coberturas. Por sua vez, o já mais estabelecido G8 possuiu uma abordagem bem mais dividida entre as editorias, o que é manifesto pelo fato de nesta década o grupo ter dado destaque por vezes ao crescimento econômico, e por outras às turbulências da política global.

Como breve resumo, é possível descrever uma trajetória ascendente quanto às expectativas com as cúpulas dos BRICS que após seu grande marco, o estabelecimento do NBD, viveu um momento de queda por fatores internos e externos, culminando no governo Temer, com uma perspectiva distinta sobre o posicionamento do Brasil na ordem internacional. No caso do G8 e posterior G7, as formações em 2009 vinham da crise financeira global em um momento de perda de relevância e enquadramento de países emergentes para a composição de novos organismos.

A recuperação econômica era vista com cautela durante o período, e com os agravos das tensões geopolíticas, o grupo passou a configurar-se como uma união de interesses comuns em contraposição sobretudo as ingerências russas no cenário externo. Nos dois últimos anos, com a eleição de Trump, os organismos internacionais e a ordem estabelecida após a Segunda Guerra Mundial passaram por abalos e incertezas, com ambos os órgãos servindo mais como reações aos feitos do presidente norte-americano do que como

grupos propositivos. Retomando Kissinger sobre o assunto, o autor já aventava a possibilidade de as discussões esvaziadas nestes encontros tornarem-se mais um evento social do que propriamente ocorresse um debate sério sobre os rumos da mundiais: “na melhor das hipóteses, uma discussão de questões táticas pendentes, e, na pior, uma nova forma de reunião de cúpula enquanto um evento da “mídia social”. (KISSINGER, 2015, P.372)

Em “Euforia e Fracasso do Brasil Grande. Política externa e multinacionais brasileiras na Era Lula” livro do autor Fábio Zanini de 2017, a política externa do Brasil no começo do milênio é descrita como:

No início do século XXI, o Brasil tinha um novo governo, uma nova economia que crescia a taxas expressivas e um presidente que tinha como obsessão expandir as fronteiras do país. Para Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu em 2003, os brasileiros precisavam ‘desabrochar’. Para seus críticos, a estratégia tinha nome: megalomania. (ZANINI, 2017. P.10)

Dentre as ações práticas para colocar o país no rumo para “desabrochar”, Zanini aponta os esforços no campo diplomático e para organismos internacionais, um dos maiores destes a eleição de Roberto Azevedo como diretor-geral da OMC.

No campo diplomático, a movimentação foi avassaladora. O Brasil tinha, em 2015, embaixada em 139 países, das quais 48, ou 34%, abertas desde a eleição de Lula. Isso inclui Malawi, Granada, Nepal, Belarus e outros países sem muita expressão econômica ou política, ao menos para nós. Cada pé fincado em um desses lugares virou uma porta de entrada para empresas brasileiras e uma forma de expandir a influência política no exterior. Renderam também votos na eleição para a direção de organismos internacionais, cada vez mais objeto da vaidade diplomática nacional. (ZANINI, 2017. P.12)

A obra de Zanini abarca grande parte do período analisado neste estudo. O termo “euforia” compactua com os primeiros anos de cobertura, e por poucas vezes ressalvas foram feitas quanto ao que hoje o autor apontou com o termo “megalomania”. As críticas aos discursos neste primeiro momento de expansão passaram por aspectos como a heterogeneidade dos parceiros do Brasil, e há um destaque que merece ser feito para a entrevista com Jim O’Neill, criador do acrônimo e que em 2011 avisava sobre os riscos das decisões que o país tomou. Com a crise, o sentimento descrito por Zanini como “fracasso” passou a ser notório, inclusive com críticas bem contundentes aos parceiros brasileiros.

Com a possibilidade de analisar uma década da construção discursiva acerca de duas das principais agremiações componentes da atual ordem global, e o papel no qual o Brasil exerceu neste período, é possível vislumbrar, com referência a Eni Orlandi, como a exterioridade moldou as construções de sentido desta parte da história. “Não vemos no texto os ‘conteúdos’ da história. Eles são tomados como discursos, em cuja materialidade está inscrita a relação com a exterioridade. (ORLANDI, 2001, p.68)

## 5 - CONCLUSÃO

A partir da análise das 57 matérias reproduzidas é possível perceber a alteração na cobertura internacional brasileira durante a última década. Com três presidentes distintos, o Brasil iniciou o milênio com uma perspectiva de se inserir como uma nova potência na ordem global e fez grandes investimentos para tal. No entanto, os cenários internos e externos representaram dificuldades a tamanha ambição, e em 2018 o país apresenta-se em uma situação de menor capacidade de se projetar no exterior do que há uma década.

A crise financeira global afetou de maneira especial as nações que entraram no século XXI como as grandes potências. Mesmo que com uma economia melhor recuperada do que há uma década, a crise causou profundos impactos nos sistemas políticos destas nações, e no que as mesmas representam no sistema internacional, o que é evidenciado pelos protestos que acompanharam grande parte dos dez anos analisados. As dificuldades em obter consensos após a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos e suas guinadas contrárias a acordos previamente estabelecidos, como no caso de Paris para o clima e a OMC para o comércio global, são uma representação das dificuldades que os novos tempos correspondem para a governança global.

Os conflitos que ganharam destaque no período observado, em especial onde houveram confrontos militares, Líbia, Síria e Ucrânia, são representações de como é importante manter uma visão parcimoniosa acerca do contexto global, sobretudo em momentos de transição como o atual. Nos três casos, é possível apontar um antagonismo entre as potências ocidentais e a Rússia, e a cobertura no caso do principal jornal brasileiro coincidiu mais com o primeiro grupo, o que foi apresentado durante a análise.

Sem as pressões da conjuntura, uma série de questões é cabível hoje, para quem sabe evitar equívocos futuros. Teriam sido os mesmos erros do Iraque cometidos novamente? O ocidente tinha opções para o desenvolvimento de democracias ao decidir apoiar as quedas de Assad e Gaddafi? Não seria prudente aceitar a afirmação russa quanto à autodeterminação no caso da Crimeia? Mais do que propor respostas assertivas, o objetivo desta análise é apresentar uma perspectiva histórica sobre a projeção do Brasil no cenário externo e a forma na qual este se organizou nesta década a partir da percepção de dois grupos, em tese, antagônicos.

Como evidenciado por Said, mais do que verdades intocáveis, discursos são fabricações humanas passíveis de influências e interesses, e um posicionamento melhor estabelecido nesta área pode facultar grandes vantagens. O efeito *Al Jazeera*, e os veículos

*Sputnik e Russia Today* são exemplos de que no século XXI o fato de as potências ocidentais terem saído na frente neste aspecto ainda pode representar grande vantagem, o que não significa que não haverá disputas por estes espaços. No entanto, como apresentado, a *Folha de S. Paulo*, uma das grandes representantes na cobertura externa no Brasil segue atrelada às mesmas fontes de informação de décadas atrás, estas que representam um extenso predomínio de potências que estabeleceram sua hegemonia em *soft-power* no século passado.

No período analisado, é perceptível uma construção discursiva eufórica à época da presidência de Lula, um período em que se inicia com desconfiança com Dilma Rousseff e termina com a melancolia de seu fim de mandato, e o oposto para o cenário internacional com Michel Temer. Em a “Ordem Mundial”, Kissinger reiteradas vezes aponta para a metodologia chinesa, que prevê uma continuidade ao longo de anos para as ações de Estado. No caso brasileiro, em dez anos é visível ao menos três diferentes direcionamentos para a política externa, a maior e mais perceptível alteração dentro dos BRICS no período.

Enquanto o Brasil diverge internamente sobre as posições que busca no mundo, o mesmo não espera o país. Na América do Sul, Peru, Chile e Colômbia se aproximaram dos países do Pacífico e conseguiram importantes avanços comerciais. Na África, onde em meio à euforia o Brasil fez uma série de investimentos sobre os quais hoje tem dificuldade em conseguir as contrapartidas, a China segue expandindo sua influência. Na própria posição como parceiro comercial chinês, o país neste meio tempo desenvolveu uma das mais ambiciosas iniciativas de infraestrutura da história, a One Belt, One Road, apelidada de nova Rota da Seda, que não inclui o Brasil.

Como parte constituinte da crítica de períodos históricos, a parcimônia da imprensa é papel fundamental para a constituição de uma política externa sólida para o Brasil. Em meio à crise de recursos, dificuldades em manter correspondentes, e ao descaso com que relações exteriores são usualmente tratadas no Brasil, este é um papel difícilíssimo. No entanto, a alternativa pode ser a daqui a dez anos, um estudo como este com ainda mais guinadas para um país menos relevante.

## **6 - REFERÊNCIAS**

AMORIM, Celso. *Teerã, Ramalá e Doha: Memórias da Política Externa Ativa e Altiva*. São Paulo: Benvirá, 2015

AMORIM, Celso. *Os BRICs e a reorganização do mundo*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0806200807.htm> . Acesso em 26 de novembro de 2018.

AGUIAR, Pedro. *Mapeamento de Agências de Notícias: localização de correspondentes e escritórios das principais empresas do setor*. INTERCOM, Curitiba, 2017.

B.A., Megan E. Zingarelli. *The CNN effect and the Al Jazeera effect*. Washington: Georgetown University, 2010

BBC. *O que explica a escalada de violência na Ucrânia?* Disponível em [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150204\\_ukraina\\_explainer\\_hb\\_lgb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150204_ukraina_explainer_hb_lgb). Acesso em 26 de novembro de 2018.

BRAGA, Sonia Rodrigues. *Sensos, Consensos e Dissensos: Itinerários Geopolíticos de Ratzel a Lacoste*. Ponta Grossa: Revista de Geopolítica, 2011

CHACRA, Guga. *Afinal, dá para explicar a Guerra da Síria? Sim*, em 10 itens no blog. Disponível em <https://internacional.estadao.com.br/blogs/gustavo-chacra/afinal-o-que-da-para-explicar-a-guerra-siria-sim-em-10-itens-no-blog/>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

DE JESUS, Diego Santos Vieira. *O Brasil no BRICS, segundo a Folha de S. Paulo e O Globo (2011-2013)*. São Paulo: Aurora: revista de arte, mídia e política, 2014

DEGAUT, Marcos. *Do the BRICS Still Matter?*. Washington: CSIS, 2015

FERREIRA, Marcos. *Información y contrainformación: los grandes medios internacionales*. Disponível em <https://elordenmundial.com/los-grandes-media-internacionales/>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

FMI. *Real GDP Growth*. Disponível em [https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP\\_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD/MAE](https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD/MAE). Acesso em 26 de novembro de 2018.

FRIEDMAN, Thomas L. *O Mundo é Plano: Uma breve história do século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

JUNIOR, Joseph S. Nye. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nova Iorque: Publicaffairs, 2005

KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015

LAUB, Zachary; MCBRIDE, James. *The Group of Seven (G7)*. Nova Iorque: Council on Foreign Relations, 2017

NOGUEIRA, André W. D. M.; HUSSEY, Martin. *O futuro da OMC: Um brasileiro como diretor-geral*. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, 2013

O'NEILL, Jim. *Building Better Global Economic BRICs*. Nova Iorque: Goldman Sachs, 2001

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001

ROSSI, Clóvis. *O que é Jornalismo?* São Paulo: Editora Brasiliense, edição 1994

SACHS, Goldman. *The BRICs Remain in the Fast Lane*. Nova Iorque: Goldman Sachs, 2011

SAID, Edward. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, edição 2015

XINHUA. *Political changes in Brazil tests the capability of Brics*. Disponível em [http://www.xinhuanet.com/english/2016-06/13/c\\_135432251.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2016-06/13/c_135432251.htm). Acesso em 26 de novembro de 2018.

ZANINI, Fábio. *Euforia e Fracasso do Brasil Grande*. Política externa e multinacionais brasileiras na Era Lula. São Paulo: Contexto, 2017